



IAC
Instituto de Apoio à Criança

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

2019

Pela Defesa dos Direitos da Criança



XXI GOVERNO



INDÍCE

PREÂMBULO

1. INTRODUÇÃO

2. O INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA

- Visão/Missão/Valores/Objetivos/Estratégia

3. ESTRUTURA ORGÂNICA

- Órgãos Sociais Quadriénio 2017/2020
- Organigrama

4. GRANDES EIXOS DE INTERVENÇÃO

5. PROGRAMAS E ATIVIDADES/SERVIÇOS INTERVENIENTES

- Assessoria Técnica à Direção (ATD)	18
- Atividade Lúdica (AL).....	21
- Centro de Documentação e Informação sobre a Criança	25
- Forum Construir Juntos – Coimbra (FCJ)	29
- Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança (HSAC)	36
- Projeto Rua - Em Família para Crescer (PR)	41
- Serviços Administrativos/Financeiros (SA)	46
- Serviço Jurídico (SJ)	48
- SOS – Criança (SOS)	50

6. ORÇAMENTO PARA 2019

7. ATAS

- Conselho Fiscal
- Assembleia Geral



“[...] Os Direitos da Criança representam um combate fundamental do nosso tempo. Vítimas indefesas de condições sociais que não escolheram, quer na saúde, quer na educação, as crianças sofrem primeiro as consequências materiais, e depois as afetivas. Se isto é mais flagrante nas sociedades menos desenvolvidas, também o é, de forma mais encapotada, nas outras que deveriam, com mais força, combater estas exclusões. Uma das urgências do presente é a luta contra as violências de que as crianças são vítimas.

A violação frequente dos Direitos da Criança deve inquietar, questionar e responsabilizar todos os cidadãos. Se todos devem contribuir para que a Criança viva com mais dignidade, com mais responsabilidade ainda, as instituições de solidariedade devem lutar para que os seus Direitos sejam uma realidade no dia-a-dia.

... todos somos moral e socialmente responsáveis pelos que se encontram mais “frágeis” e necessitam do nosso apoio. Não é apenas o Estado que tem obrigações. Numa sociedade civil, participativa, empenhada, viva e com alma, todos temos as nossas responsabilidades. A qualidade de vida para todos, compatível com a dignidade da pessoa, será uma realidade quando soubermos desenvolver a capacidade de cuidar do outro. O cuidar dos outros é a antítese da competição e o seu fortalecimento implica uma mudança de mentalidades, considerando a população enquanto pessoas, não apenas enquanto números, como tantas vezes acontece.[...]

Defendemos sempre a participação activa e generalizada da comunidade, tendo em vista a necessidade da existência de políticas integradas.[...]

Um pouco como Sebastião da Gama defendeu: “É preciso cumprir o nosso destino de não ficarmos parados”. É isto que procuramos no Instituto de Apoio à Criança.[...]

Para quem trabalha com Crianças em risco (e todos os sectores de trabalho do Instituto o fazem, quer no Atendimento Jurídico, quer com a Criança de Rua, no SOS-Criança, na Humanização do Atendimento à Criança, na Mediação Escolar ...)é esta a realidade com que se defrontam e a que é preciso dar respostas. Respostas que, muitas vezes ultrapassam a capacidade de intervenção, porque necessitariam de outras condições sociais. Trabalhar no “possível” é uma tarefa que exige humildade, algum conformismo, criatividade, coragem e muito amor pela Criança.

É preciso manter a esperança na capacidade de mudança e alegrarmo-nos com pequenas vitórias[...]¹

Manuela Ramalho Eanes
Presidente Honorária

¹ 3ª Edição do Guia dos Direitos da Criança



IAC
Instituto de Apoio à Criança

“O Instituto de Apoio à Criança tem abraçado diversas causas relacionadas com o compromisso de tornar mais forte o estatuto da criança e tem estado sempre onde as novas ideias significam mais progresso.”

Dulce Rocha
Presidente da Direção

1. INTRODUÇÃO

O Instituto de Apoio à Criança organiza, desde 1983, a sua intervenção social no domínio dos direitos da criança de forma global, na perspectiva de que cada um dos direitos de *per si* não constitui um espantilho mas antes um direito englobalizador que considera a criança no seu todo, do qual beneficia no limite toda a sociedade.

No cumprimento dos seus estatutos, desenvolve múltiplas atividades e programas integrados para que todas as crianças tenham os seus direitos garantidos, em diferentes áreas designadamente na saúde, educação, justiça, segurança social ou nos seus tempos livres.

Através da sua dimensão humana, de cidadania e superior interesse social, tem o IAC, ao longo de 35 anos de existência, cumprido a missão de contribuir para o desenvolvimento integral da criança na defesa e promoção dos seus direitos.

Todo o trabalho efetivado tem por base a lógica da defesa dos valores e interesses mais relevantes ao nível dos Direitos Fundamentais, que nem sempre são atempadamente assegurados e respeitados.

A democracia é indissociável dos direitos sociais, devemos ambicionar que todos os cidadãos tenham a capacidade de os procurar e exigir que todos sejam tratados com igualdade.

As crianças são sempre as mais vulneráveis, as que frequentemente vivem situações difíceis e de desigualdade. As crianças não são números, nem o seu sofrimento individual se mede estatisticamente. Urge continuar a trabalhar na eliminação das causas e na prevenção dos fatores de risco, que estão na origem de tantas situações de discriminação e exclusão.

Cada criança é única e tem a sua história. Não há duas crianças iguais, cada uma tem competências, capacidades e necessidades diferentes e é também a este nível que nos temos de focar. Não podemos tratar de forma igual o que é diferente.

As necessidades de cada criança afirmam-se de forma global, nesta perspectiva, proporcionar à Criança um mundo melhor através de políticas globais, que tenham em conta a Criança é uma responsabilidade coletiva.

A intervenção que o Instituto de Apoio à Criança desenvolve em diferentes áreas, principalmente em áreas não cobertas pelo Estado, em associação com projetos inovadores tem sido e continuará a ser um forte contributo para a elevação, sensibilização e atuação que as questões relacionadas com a criança merecem ter ao nível do bem-estar físico, psicológico e social.

É sempre bom lembrar que as crianças têm menos hipóteses de fazer ouvir a sua voz e de defender os seus interesses. Interesses que têm de ser afirmados para não serem esquecidos.

O IAC norteia toda a sua ação pela ética, transparência, competência, compromisso e respeito pela criança e pelos seus direitos, assegurando que o seu superior interesse é em cada momento primordialmente considerado.

Através dos seus setores, o Instituto de Apoio à Criança em parceria com o Estado e com outras instituições congéneres nacionais e internacionais desenvolve, de forma articulada, múltiplas atividades e programas que visam para além de dar voz à criança, obter novas respostas sociais para os problemas da infância.

O trabalho em rede a nível nacional e internacional, os seminários, colóquios, ações de formação, o debate permanente sobre os problemas da infância na sociedade atual em associação com metodologias inovadoras como a animação lúdico-pedagógica, os sectores da Actividade Lúdica, da Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança, do Projecto Rua, do Forum Construir Juntos, do Serviço Jurídico e o Centro de Documentação e Informação sobre a Criança, dão resposta a nível local e nacional a uma multiplicidade de situações e desafios cada vez mais exigentes numa sociedade em constante mutação e cada vez mais complexa.

Todo o valioso trabalho que o IAC desenvolve, só tem sido possível, consolidado e aperfeiçoado porque os decisores políticos e a sociedade em geral, reconhecem o papel qualificado e a energia social que a intervenção realizada tem tido na proteção da criança e na plena realização dos seus direitos.

A Direção do Instituto de Apoio à Criança reconhece e congratula-se com o empenho diário, rigoroso e dedicado de todos os que trabalham com e para o IAC.

É com agrado que a Direção submete à apreciação e aprovação da Assembleia Geral, o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2019.

Secretário-geral
Manuel Coutinho



2. O INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA

VISÃO O Instituto de Apoio à Criança visa que todas as Crianças tenham os seus Direitos garantidos.

MISSÃO O Instituto de Apoio à Criança pretende contribuir para o **Desenvolvimento Integral da Criança na Defesa e Promoção dos seus Direitos.**

VALORES O Instituto de Apoio à Criança norteia a sua ação pela ética, transparência, competência, rigor, compromisso e respeito pelos Direitos da Criança

OBJETIVOS O Instituto de Apoio à Criança (IAC) tem por objetivo principal contribuir para o desenvolvimento integral da Criança, na defesa e promoção de todos os seus direitos, sendo a Criança encarada na sua globalidade como sujeito de direitos nas diferentes áreas, designadamente na saúde, educação, justiça, segurança social ou nos seus tempos livres.

ESTRATÉGIA No cumprimento dos seus Estatutos desenvolve múltiplas atividades e programas visando para além de dar voz à Criança e obter novas respostas para os problemas da infância, defender os seus direitos perante a família, as instituições e a comunidade, realiza programas de informação e sensibilização, apoia e colabora em experiências inovadoras e investigações que visem o desenvolvimento global das crianças e jovens e a sua interação com o meio envolvente e promove estudos, seminários, colóquios, ações de formação e outras iniciativas que permitem o debate e a reflexão sobre os problemas da infância na sociedade atual.

RECONHECIMENTO PÚBLICO DA AÇÃO DESENVOLVIDA

Ministério da Segurança Social - Medalha de Honra da Segurança Social, 2015

Ministério da Saúde - Medalha de Serviços Distintos, 2015

Assembleia da República - Prémio Direitos Humanos, 2014

Presidente da República - Ordem de Mérito, 2008

Ordem dos Advogados - Prémio dos Direitos Humanos Ângelo d'Almeida Ribeiro, 2005



3. ESTRUTURA ORGÂNICA

Órgãos Sociais Quadriénio 2017/2020

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Pedro Paulo Azeredo Perdigão
Vice-Presidente	Clara Castilho
Secretário	Asdrúbal Pimenta
Secretário	José Eduardo Brito Soares

DIREÇÃO

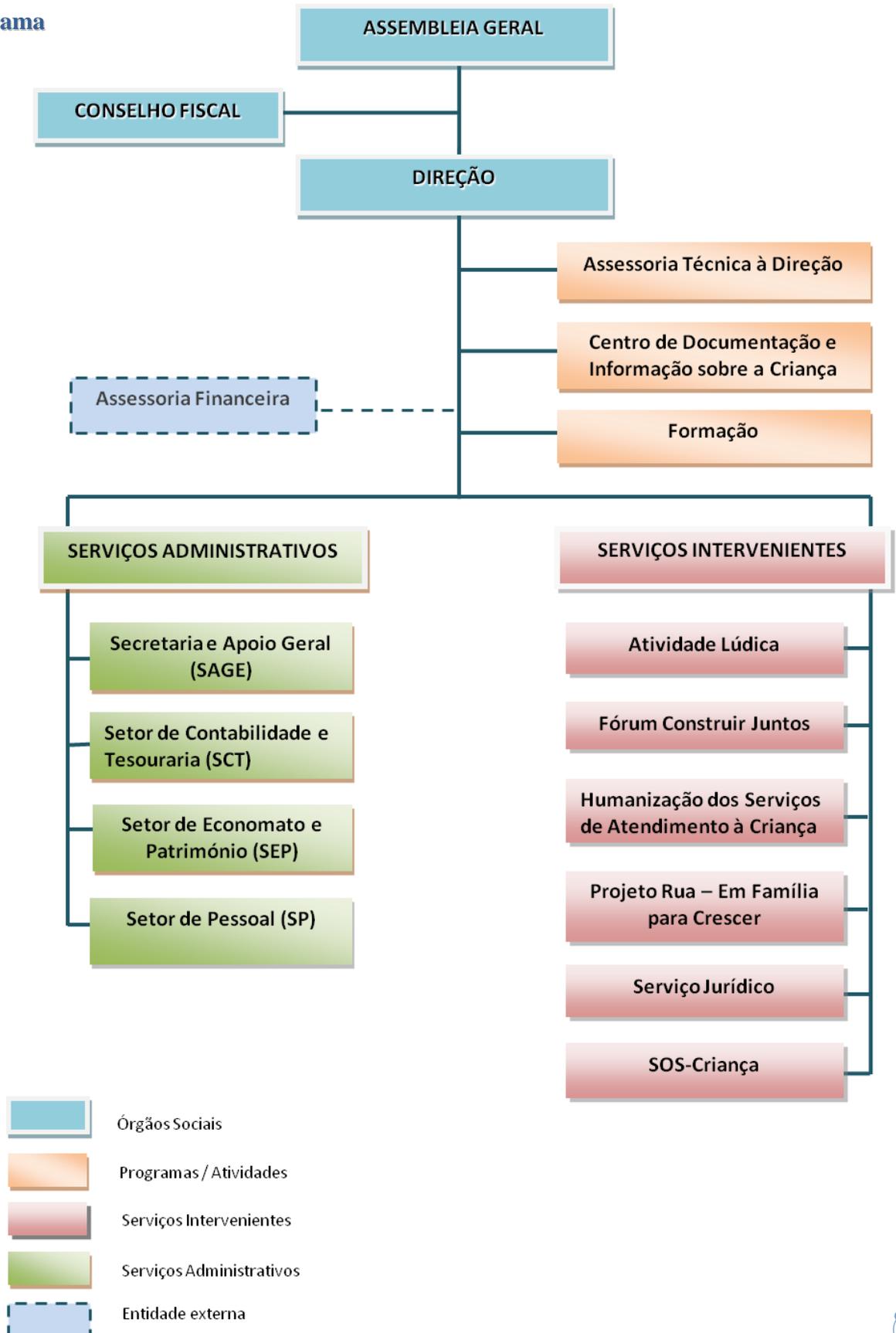
Presidente	Maria Dulce Plancha dos Santos Ferreira da Rocha
Vice-Presidente	Luís Maria Vaz das Neves
Secretário-Geral	Manuel José Ataíde Ferreira Coutinho
Vogal	Vasco Manuel Correia Alves
Tesoureira	Matilde de Jesus de Castro Esteves Sirgado

CONSELHO FISCAL

Presidente	José Joaquim Nogueira da Rocha
Secretária	Melanie da Luz Viola Tavares
Relator	Maria Fernanda Amador da Silva Salvaterra



Organigrama





4. GRANDES EIXOS DE INTERVENÇÃO

EIXO I

Promover os Direitos da Criança, através da sensibilização das instituições e da comunidade, contribuindo dessa forma para a criação dos meios e dos procedimentos que garantam o seu efetivo exercício.

EIXO II

Conceber e experimentar respostas sociais inovadoras, para os problemas da infância e juventude, por forma a contribuir para a eficácia do sistema de Promoção e Protecção dos Direitos de crianças e jovens em perigo.

EIXO III

Intervenção com Crianças e Famílias em situação de vulnerabilidade social, dispondo para isso de equipas de trabalho com crianças de rua, respetivas famílias e comunidade envolvente, mediante a realização de ações de formação de agentes intervenientes em situações de crianças maltratadas e em situação de marginalidade.

EIXO IV

Desenvolver ações de formação de agentes de intervenção junto de crianças e jovens, nomeadamente para a intervenção que garanta o direito a brincar e às atividades lúdicas.

EIXO V

Intervenção em situações de crianças e jovens em perigo através do Serviço do SOS-Criança e de apoio psicológico e jurídico-social personalizado.

EIXO VI

Intervenção ao nível da Humanização no Atendimento das Crianças.

EIXO VII

Criação de estratégias, na prevenção e tratamento da delinquência juvenil/criminalidade, em colaboração com outras entidades

EIXO VIII

Garantir a preços reduzidos, a participação de membros das associações juvenis, nas suas atividades, em particular nas ações de formação.

EIXO IX

Trabalho em parceria e em rede para o desenvolvimento das relações da criança com a escola, a família, as instituições e a comunidade em geral (nacional/internacional).

EIXO X

Trabalhar de forma global as questões relativas à Criança, com organizações congéneres a nível internacional

EIXO I

Promover os Direitos da Criança, através da sensibilização das instituições e da comunidade, contribuindo dessa forma para a criação dos meios e dos procedimentos que garantam o seu efetivo exercício.

No geral, toda a intervenção do IAC junto da população infantil portuguesa contribui diariamente para o cumprimento dos acordos internacionais constantes das várias Convenções que Portugal ratificou, nomeadamente, da Convenção sobre os Direitos da Criança (tendo contribuído para o Relatório Alternativo, V e VI Relatório Periódico de Portugal sobre a implementação da Convenção), Convenção de Lanzarote e Istambul.

O IAC recebe e dá resposta a nível nacional a denúncias por parte das famílias e/ou agentes educativos quando é identificado o incumprimento de algum dos Direitos da Criança, servindo como mediador da relação escola-família-comunidade.

No âmbito da Ação da Saúde sobre Crianças e Jovens em Risco criada pelo Despacho da Ministra da Saúde, nº31292/2008 de 5 de Dezembro, o Serviço Jurídico do IAC faz parte integrante da Comissão de Acompanhamento aos 242 Núcleos de Apoio à Criança e Jovens em Risco, existentes em todos os Agrupamentos dos Centros de Saúde e nos Hospitais com atendimento pediátrico no nosso País.

Sendo esta Comissão de Acompanhamento coordenada pela Direção Geral da Saúde (DGS), o IAC dá formação sobre o enquadramento legal a todos os profissionais de saúde que integram estes Núcleos, a pedido das cinco ARS: Lisboa e Vale do Tejo, Norte, Sul, Algarve e Centro, a título gratuito.

Ainda no âmbito da Comissão de Acompanhamento da DGS é prestada consultadoria aos profissionais e equipas de saúde no que respeita à sinalização, acompanhamento ou encaminhamento de casos concretos.

O IAC difunde informação de carácter legal, normativo e técnico sobre a área das crianças em perigo.

O IAC proporciona formação: sobre Sistema de Proteção, dirigida a técnicos das IPSS e sobre a Promoção dos Direitos das Crianças através de sessões lúdico-pedagógicas em escolas e lares de acolhimento residencial, de forma gratuita e a nível nacional.

O IAC cria ferramentas pedagógicas, designadamente, publicações, exposições, jogos, cartazes e materiais diversos destinados a promover os Direitos da Criança.

EIXO II

Conceber e experimentar respostas sociais inovadoras, para os problemas da infância e juventude, por forma a contribuir para a eficácia do sistema de Promoção e Protecção dos Direitos de crianças e jovens em perigo

O IAC trabalha a nível nacional a mediação escolar em diversos estabelecimentos de ensino, operacionalizada pelos Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF), contribui para a concretização dos objetivos das escolas TEIP e outros Agrupamentos de Escolas, nomeadamente, para a diminuição do abandono escolar, situações de indisciplina e insucesso escolar,

disponibilizando orientação técnica, supervisão e formação aos seus técnicos. A mediação escolar articula permanentemente com as CPCJ, com competência territorial, evitando a abertura de processos de promoção e de proteção.

Através do Projeto “*Escola Alfaiate*” promove a individualidade de cada criança/aluno, defendendo que cada um é dotado de diferentes competências e de diferentes necessidades, fomentando a inclusão. A educação é um alicerce essencial para o futuro das crianças e do país, pois é um meio privilegiado de promoção da justiça social e da igualdade de oportunidades.

O IAC integra a modalidade alargada das Comissões de Promoção e Proteção das Crianças e Jovens, materializando o espírito expresso na Lei da Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, no que diz respeito às entidades com competência em matéria de infância e juventude. A este nível realçamos ainda o papel que o IAC assume na assinatura de acordos de promoção e proteção ao nível da execução e acompanhamento destas medidas.

A pedido da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, o IAC dá formação sobre o enquadramento legal do Sistema de Promoção aos vários técnicos que integram as 309 CPCJ espalhadas pelos Países.

Em realce, a metodologia de intervenção “...ir ao encontro e estar com...”, nas mais variadas situações e contextos.

Salienta-se a importância do trabalho em rede com os jovens, na promoção de uma efetiva e real participação dos mesmos, apoiando-os no exercício de uma cidadania ativa, inclusiva e solidária, através de projetos de capacitação.

Capacitação dos técnicos dos espaços lúdicos de contextos sociais vulneráveis de forma a que desenvolvam uma estratégia de prevenção nas comunidades em que se inserem e o papel dos técnicos dos espaços lúdicos, formados pelo IAC, na deteção precoce de situações de risco.

O IAC integra desde 2009 o Sistema de Alerta Rapto de Menores, criado pelo Ministério da Justiça.

O IAC dispõe ainda de um Núcleo de Estudos e Investigação que visa promover a investigação científica na área da Criança e da Família, estando a decorrer um estudo sobre adolescentes adotados e suas famílias, tendo em vista a avaliação das suas necessidades para organizar uma resposta social especializada.

EIXO III

Intervenção com Crianças e Famílias em situação de vulnerabilidade social, dispondo para isso de equipas de trabalho com crianças de rua, respetivas famílias e comunidade envolvente, mediante a realização de ações de formação de agentes intervenientes em situações de crianças maltratadas e em situação de marginalidade.

O IAC tem vindo a dinamizar um trabalho junto de crianças em situação de rua. Assim, ao longo dos anos tem procurado adaptar a sua prática da intervenção às novas problemáticas associadas à tipologia de criança em situação de rua, designadamente, a questão das fugas da família e/ou instituições de acolhimento, a exploração sexual ou tráfico de seres humanos.

O IAC tem reforçado os giros diurnos e noturnos, a pé ou com recurso à unidade móvel lúdico-pedagógica, o acompanhamento individual, o treino de competências pessoais e sociais, o recurso a técnicas lúdico-pedagógicas como estratégias/metodologias de trabalho com as crianças em situação de rua. Estas têm funcionado como um laboratório social de experimentação e consequente

validação das referidas práticas de intervenção, na problemática das crianças desaparecidas, com especial incidência nas fugas de instituições/ família.

O relatório do GRETA (*Group of Experts on Action Against Trafficking in Human Beings*), publicado em 17 março de 2017 pelo Conselho da Europa, faz referência ao Instituto de Apoio à Criança, como um bom exemplo nos esforços de implementação em Portugal, da Convenção do Conselho da Europa na Ação contra o Tráfico de Seres Humanos. Em 2013, no âmbito do Projeto "Catch & Sustain", o IAC teve a oportunidade de aprofundar a investigação do fenómeno e de construir um Manual de formação para profissionais que trabalham com crianças e jovens, construindo também um Plano de formação/prevenção dirigido às crianças e jovens. Estas são as medidas consideradas pelo grupo de especialistas, como boas práticas na prevenção do Tráfico de Crianças.

O Instituto de Apoio à Criança presta também informação jurídica, orientando, encaminhando e acompanhando situações concretas acompanhadas pelas várias equipas do IAC.

EIXO IV

Desenvolver ações de formação de agentes de intervenção junto de crianças e jovens, nomeadamente para a intervenção que garanta o direito a brincar e às atividades lúdicas.

Ações de formação e sensibilização, a nível nacional, junto dos diferentes agentes (profissionais de saúde, da educação e da área social, famílias, crianças e jovens) em diferentes áreas identificadas pelas Nações Unidas como fundamentais para o exercício pleno do Direito de Brincar (e.g. saúde, género e risco na atividade lúdica).

Promove-se ainda apoio técnico e supervisão a espaços lúdicos, bem como a formação de técnicos. O IAC tem um portfolio abrangente de ações de formação e/ou sensibilização dirigidas à comunidade em geral.

Das áreas de referência destacam-se temáticas como sexualidade, indisciplina, gestão de conflitos, parentalidade positiva, *bullying* e direitos da criança. Todas estas ofertas são disponibilizadas quer a nível nacional, como internacional e de forma gratuita.

EIXO V

Intervenção em situações de crianças e jovens em perigo através do Serviço do SOS-Criança e de apoio psicológico e jurídico-social personalizado.

O IAC através de um serviço de âmbito nacional, pioneiro, dá voz à criança de forma direta, permitindo a partilha de qualquer questão que a inquiete, contribuindo para a resolução de todas as problemáticas, nomeadamente nas áreas da Saúde, Justiça e Segurança Social que afetam as crianças e jovens.

O IAC tem em funcionamento os números europeus gratuitos 116 111 e 116 000.

116 111 - Linha Europeia de Apoio à Criança, para todas as situações de crianças em risco e em perigo e ainda para dar resposta às questões relacionadas com crianças e jovens e famílias.

116 000 - Linha Europeia para Crianças Desaparecidas, funciona 24/24 horas.

(O Instituto de Apoio à Criança é a entidade a quem foi atribuída por Despacho nº20340/2007 o número harmonizado 116 000).

Esta Linha Europeia 116 000 está ativa em 27 dos 28 Estados Membros, e está, também, disponível fora o espaço da EU, na Albânia e na Sérvia.

Os principais destinatários deste número são pais e crianças, mas qualquer pessoa pode transmitir informação relevante, através do número, com garantia de confidencialidade dos seus dados. A gestão da “*hotline*” é assegurada por organizações não-governamentais dos Estados Membros, em Portugal é o Instituto de Apoio à Criança. Esta linha europeia foi criada pela Decisão 2007/116/CE, de fevereiro de 2007, que pretendeu reforçar os mecanismos de proteção de crianças em fuga, raptadas, sequestradas ou perdidas. O Instituto de Apoio à Criança é a única instituição portuguesa que integra a *Missing Children Europe* (Federação Europeia de Crianças Desaparecidas e Exploradas Sexualmente). A *Missing Children Europe* é a estrutura europeia que reúne todos os parceiros e apresenta propostas à União Europeia, no que respeita à divulgação de boas práticas dos operadores, financiamento ou cooperação com as Forças de Segurança.

No âmbito da Convenção de Lanzarote, Convenção do Conselho da Europa para a Protecção das Crianças contra a Exploração Sexual, a colaboração da sociedade civil na busca de Crianças Desaparecidas exige a cooperação entre as forças de segurança e a Polícia Judiciária. O IAC, assume em nome do Estado este papel, sendo a única entidade a fazê-lo. Neste sentido entende-se que uma maior parceria com o MAI é fundamental.

O IAC está a par do pulsar da sociedade disponibilizando às crianças e jovens novas formas de acesso aos seus serviços como acontece no caso do *CHAT online*.

EIXO VI

Intervenção ao nível da Humanização no Atendimento das Crianças

Sensibilizar os serviços, instituições e profissionais de saúde para os problemas da humanização no atendimento das crianças

Intervenção mais abrangente nos serviços de saúde incluindo, atualmente, também, os cuidados de saúde primários.

Sensibilização dos profissionais de saúde e da população em geral, a nível de todo o país, através da distribuição e divulgação de documentos sobre os Direitos das Crianças na área da saúde, incluindo um específico para crianças, aumentando a literacia em saúde, em linha com as orientações defendidas pela OMS.

Auscultação dos profissionais de saúde, de âmbito nacional, como forma de sensibilização para a humanização no atendimento.

Intervenção em espaços físicos, de abrangência nacional, de forma a humanizar o acolhimento da criança nomeadamente na área da Educação (e.g. recreios), Saúde (e.g. salas) e Justiça (e.g. salas da Polícia Judiciária).

Humanização das escolas em território nacional, através da promoção da relação escola /família /comunidade onde o aluno é o principal ator.

No âmbito da humanização do contexto escolar, o IAC têm desenvolvido ações nos recreios de melhoria dos equipamentos, estruturas e dinâmicas lúdicas, com impacto positivo nos problemas de indisciplina e *bullying* nesses contextos. Sensibilizar os serviços, instituições e profissionais de saúde, no âmbito da ação de saúde para crianças e jovens em risco (núcleos), coordenada pela DGS.

EIXO VII

Criação de estratégias, na prevenção e tratamento da delinquência juvenil/criminalidade, em colaboração com outras entidades

Desde 1989 que o IAC desenvolve anualmente a Ação de formação para Animadores, que tem como objetivos: disseminar a metodologia de intervenção do Projecto Rua e partilhar experiências de intervenção com outros profissionais.

Tem-se vindo a implementar a ação de formação "Intervenção com Jovens Multidesafiadores" dirigida inicialmente a docentes de turmas PIEF e currículos alternativos, e expandida a todos os docentes e técnicos do SPO e outros profissionais, continuando-se a dinamizar esta ação junto da comunidade educativa em geral e junto de equipas técnicas de instituições de intervenção socioeducativas. Esta tem como objetivo principal a aquisição e o reforço dos conhecimentos dos docentes, ou outros profissionais, por forma a melhorar a intervenção junto de jovens com comportamentos disruptivos. Salientamos que esta formação tem tido uma aceitação e procura elevadas, devido ao carácter prático de que se reveste e tendo por base um contexto real sobre o qual foi concebida.

Paralelamente, temos vindo a desenvolver a ação de formação "Prevenção da Violência entre Pares", dirigida quer a técnicos, quer a jovens, cujo objetivo é capacitar os técnicos para diminuir situações de indisciplina e agressividade existentes nas interações com os outros (adultos e pares), em contexto de sala de aula.

Realização de ações acreditadas para educadores de infância, professores do 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário de todos os grupos de docência, assistentes técnicos e assistentes operacionais. As temáticas têm sido, entre outras, a Prevenção do *Bullying* em contexto escolar, a (in) disciplina na sala de aula, Mediação Escolar – uma alternativa criativa na resolução de problemas, Formação pessoal, ética, deontológica e sociocultural dos profissionais que trabalham com crianças.

Realização de workshops e ações de sensibilização dirigidos às comunidades educativas (alunos, professores, técnicos, assistentes operacionais, pais e encarregados de educação) sobre o *Bullying*, Segurança na Internet e Direitos das Crianças.

Participação no consórcio do Programa Escolhas (Marvila); participação no Grupo de parceria local no âmbito dos CLDS em Marvila.

O IAC cria estratégias de prevenção primária ao nível da delinquência juvenil/criminalidade, uma vez que tem como objetivo a diminuição de comportamentos de risco como abandono/absentismo escolar, indisciplina, insucesso escolar e prevenção de consumo de substâncias psicoativas.

Nos últimos anos foi implementado o Projeto TALE (*Training Activities for Legal Experts on Children Rights*), projeto financiado pela União Europeia, em parceria com cinco países europeus, com o objetivo de melhorar a formação técnica de especialistas nos Direitos da Criança em Portugal.

O Projeto TALE tem como objetivos melhorar a experiência do sistema judicial infantil, oferecer formação para advogados e outros profissionais da justiça, que representam as crianças em processos judiciais, sobre os instrumentos internacionais para promover e proteger os Direitos das Crianças e da correta aplicação dos princípios e orientações do Conselho da Europa relativas a uma Justiça Amiga da Criança, a nível nacional.

EIXO VIII

Garantir a preços reduzidos, a participação de membros das associações juvenis, nas suas atividades, em particular nas ações de formação.

São desenvolvidas diferentes ações (incluindo ações de formação) no âmbito do trabalho com as cerca de 100 instituições da Rede Construir Juntos, que têm uma abrangência a nível nacional, normalmente a título gracioso.

Todos os serviços prestados pelo Instituto de Apoio à Criança, quer sejam no âmbito da Psicologia, Serviço Social ou do Direito entre outras, assim como todas as formações ministradas pelos seus técnicos são gratuitas tal como previsto nos Estatutos.

EIXO IX

Trabalho em parceria e em rede para o desenvolvimento das relações da criança com a escola, a família, as instituições e a comunidade em geral (nacional).

Dinamização de redes inter-institucionais e de inter-ajuda.

A metodologia de intervenção do IAC, tem na sua base o trabalho em parceria e em rede. Os vários sectores integram diversas redes a nível local/comunitário, de acordo com a especificidade da sua intervenção, sempre numa lógica da Promoção e Defesa dos Direitos da Criança.

Parceiros: Rede Europeia Anti Pobreza; Rede DLBC Lisboa; Consórcio Agir Neet Lx; Fórum Nacional Álcool e Saúde; Rede Regional de Apoio e Proteção a Vitimas de Tráfico de Seres Humanos; Rede Social de Coimbra; Rede Social de Lisboa; Comissão Social de Freguesia de Marvila, Comissão Social de Freguesia dos Olivais, Comissão Social de Freguesia de Stº António dos Olivais (Coimbra) e Comissão Social de União de Freguesias de Coimbra. Realçamos os GAAP que têm como finalidade estimular a relação aluno, família, escola e comunidade, uma vez que o aluno é quem revela o sintoma, normalmente com origem na família, que se manifesta na escola e cuja solução reside na articulação de respostas que se podem encontrar na comunidade.

É uma abordagem holística partindo de uma rede de apoio social onde a base está na interajuda e no intercâmbio de experiências para solucionar as problemáticas identificadas na criança e família. Prestação de informação jurídica através de atendimento presencial, telefónico ou eletrónico.

EIXO X

Trabalhar de forma global as questões relativas à Criança, com organizações congéneres a nível internacional

A necessidade do IAC enquanto organização da sociedade civil de se articular de forma global, no contexto internacional, quer a nível europeu, quer a nível mundial, é vital, nomeadamente no que diz respeito à integração e participação em vários consórcios e plataformas que analisam, discutem, planeiam, uma multiplicidade de ações, projetos e programas no âmbito da Promoção e da Defesa dos Direitos da Criança. O IAC concretiza todo este seu trabalho através da integração plena nas seguintes organizações: *European Social Action Network* (ESAN); *Eurochild*; *Missing Children Europe* (MCE); *Child Helpline International*; *Global Missing Children's Network*; *International Centre for Missing & Exploited Children* (ICMEC); *International Toy Library Association* (ITLA); *International Play Association* (IPA); *European Association for Children in Hospital* (EACH); Task Force HPH-CA da OMS.



5. PROGRAMAS E ATIVIDADES/ SERVIÇOS INTERVENIENTES

- Assessoria Técnica à Direção (ATD)
 - . Relações Externas (Núcleo de Cooperação Nacional e Núcleo de Cooperação Internacional)
 - . Investigação/Formação (Núcleo de Estudos e Investigação e Núcleo de Formação)

- Atividade Lúdica (AL)
 - . Consultoria
 - . Formação
 - . Investigação e Empoderamento

- Centro de Documentação e Informação sobre a Criança (CEDI)
 - . Serviço de Documentação
 - . Serviço de Informação/Comunicação/Publicações
 - . Serviço de Formação

- Forum Construir Juntos – Coimbra (FCJ)
 - . Humanizar
 - . Informar/Sensibilizar/Divulgar
 - . Articular/Dinamizar

- Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança (HSAC) .
 - . Consultoria
 - . Formação
 - . Investigação e Empoderamento

- Projeto Rua - Em Família para Crescer (PR)
 - . Nível do Recuperar
 - . Nível da Prevenção
 - . Nível do Revalorizar

- Serviços Administrativos/Financeiros (SA)

- Serviço Jurídico (SJ)

- SOS - Criança (SOS)
 - . Atendimento Direto
 - . Atendimento Indireto
 - . Atendimento Personalizado
 - . Mediação Escolar - RAAML

Designação

Assessoria Técnica à Direção

Responsável

Direção

EquipaSecretária de Direção
Ana Maria Rufino²RELAÇÕES EXTERNASNúcleo de Cooperação Nacional
Ana Maria Filipe³
Maria João Malho⁴
Paula PaçoNúcleo de Cooperação Internacional
Maria Fernanda Salvaterra⁴
Maria João Cosme
Melanie Tavares
Paula PaçoINVESTIGAÇÃO/ FORMAÇÃONúcleo de Estudos e Investigação
Maria Fernanda Salvaterra⁵
Maria João Malho⁴Núcleo de Formação
Melanie Tavares
Paula Paço**Outros Serviços Intervenientes**

Organismos governamentais e entidades particulares

Duração Prevista

Atividade permanente

Finalidade / Objetivos**RELAÇÕES EXTERNAS****NÚCLEO DE COOPERAÇÃO NACIONAL**

- Promover, em articulação com os setores do IAC, ações de relação e cooperação nacional no âmbito dos Direitos da Criança;
- Desenvolver e assegurar uma rede de contactos com entidades nacionais, interessadas na definição de uma política global da Infância;
- Participação dos diferentes setores em redes sociais nacionais, regionais e ou concelhias⁵;
- Dinamizar e operacionalizar os objetivos da Rede Construir Juntos, através dos setores Projecto Rua e Fórum Construir Juntos.

NÚCLEO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

- Promover, em articulação com os setores do IAC, ações de relação e cooperação internacional no âmbito dos Direitos da Criança;
- Estabelecer acordos de cooperação e promover a concretização de parcerias que potenciem os objetivos do IAC.

² Técnica Profissional Principal do Ministério da Educação, destacada no IAC³ Docentes do Ministério da Educação, destacadas no IAC⁴ Técnica Superior do Instituto de Segurança Social em regime de cedência de Interesse Público⁵ Pode incluir representantes dos setores com intervenção no domínio do núcleo

INVESTIGAÇÃO/ FORMAÇÃO

NÚCLEO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO

- Promover a investigação científica na área da Criança e da Família;
- Apoiar e desenvolver os projetos de investigação/estudos no âmbito do trabalho dos setores do IAC;
- Estabelecer parcerias com investigadores e instituições, nacionais e/ou internacionais no âmbito dos estudos/ investigação;
- Desenvolver ações de formação, promoção e divulgação em Seminários, Congressos e Revistas de carácter científico, bem como às equipas do IAC e ao público em geral.

NÚCLEO DE FORMAÇÃO

- Conceber, organizar e dinamizar ações de formação temáticas relacionadas com as matérias de infância e juventude;
- Aperfeiçoar o sistema de gestão de formação no sentido de melhorar a qualidade da mesma.

Ações a Desenvolver

RELACIONES EXTERNAS

1. NÚCLEO DE COOPERAÇÃO NACIONAL

1.1. Grupos de trabalho

1.1.1. Rede Social de Lisboa

- Representar o IAC e participar nas reuniões plenárias da Rede Social;
- Continuar a participar nos trabalhos para a implementação do Plano de Desenvolvimento Social 2017-2020:
 - . **Eixo 1** – Reforço e Territorialização da Rede Social de Lisboa: a) qualificar a Rede Social e b) qualificar as Comissões Sociais de Freguesia
 - . **Eixo 2** – Intervenção em Públicos-Alvo – Crianças e Jovens: a) promover a salvaguarda dos Direitos das Crianças; b) consolidar uma intervenção integrada e c) programa “cidades amigas das crianças”
 - . “Os direitos das crianças e dos jovens sentidos por eles próprios”, continuar este trabalho no Agrupamento de Escolas Almada Negreiros.

1.1.2. Dar continuidade ao trabalho no Fórum sobre os Direitos das Crianças e dos Jovens:

- Divulgar entre as várias parcerias as atividades que estejam a decorrer em que exista a participação de crianças e jovens;
- Planear e organizar 3 Tertúlias do Fórum nas escolas de formação de jornalistas;
- Corealizar a sessão para apresentação da 5ª Edição do prémio de jornalismo “Os Direitos da Criança em Notícia” com o apoio do Fundo Cultural da Sociedade Portuguesa de Autores

1.1.3. Representar o IAC na equipa de trabalho da Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular no Programa Ação SeguraNet

- Outras ações que sejam solicitadas e que se integrem no trabalho do IAC.

1.1.4. Representar o IAC e dar continuidade ao trabalho de parceria com o Centro Internet Segura, coordenado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT):

- No Conselho de Acompanhamento;
- Participar nas reuniões de trabalho;
- Colaborar e participar nos trabalhos para a divulgação do Dia da Internet Segura.

1.1.5. Colaborar, como representante do IAC na Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares com o objetivo de divulgar os Direitos da Criança em colaboração com a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento.

2. NÚCLEO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

- Reunir e difundir informação sobre a participação dos diferentes setores do IAC em projetos/redes internacionais;

- Analisar propostas de parceria internacional dirigidas ao IAC (apoiando a Direção na tomada de decisão);
- Pesquisar e analisar possíveis linhas de financiamento para projetos IAC;
- Prestar apoio técnico/supervisionar projetos de intervenção nos PALOP;
- Representar o IAC em reuniões, encontros e conferências no âmbito das parcerias internacionais.

INVESTIGAÇÃO/ FORMAÇÃO

1. NÚCLEO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO

1.1. Investigação «Adolescentes adotados: relações afetivas e sociais» - 2ª fase, que tem como objetivo descrever os adolescentes adotados quanto ao seu desenvolvimento socio-emocional, vinculação e problemas de comportamento, considerando quais os fatores que afetam o desenvolvimento e o ajustamento dos adolescentes adotados e podem conduzir a problemas de comportamento; Este projeto pretende também dar continuidade (estudo longitudinal), ao estudo de Salvaterra, F. (2007) onde foram avaliadas 106 díades, mãe/criança, adotadas, que se encontram agora na adolescência, no qual foram estudadas as representações da vinculação das mães e a qualidade da vinculação das crianças à mãe, o temperamento e a perceção dos pais sobre o processo de adoção;

1.1.1. Receção dos questionários enviados/recolha e organização de dados

1.1.2. Entrevistas presenciais às famílias e aos adolescentes adotados

1.1.3. Análise dos dados

1.1.4. Divulgação dos resultados

1.2. Implementação de uma nova linha de Atendimento Telefónico - **Linha SOS-Adoção**, que pretende ser um serviço de atendimento telefónico e de atendimento personalizado, exclusivo a todos os intervenientes em situações de adoção (famílias e técnicos), associada a um serviço de aconselhamento parental e acompanhamento psicológico a crianças e jovens adotados Este projeto surge na sequência das necessidades das famílias e das crianças/adolescentes que foram identificadas nas entrevistas realizadas, no âmbito do projeto de Investigação «Adolescentes adotados: relações afetivas e sociais». A criação da linha telefónica SOS-Adoção, de apoio à Família adotiva, não prevê a substituição de outros serviços, constituindo-se como um recurso complementar e uma resposta especializada e gratuita.

1.3. Formação/supervisão às equipas do Projeto Rua com a periodicidade mensal.

1.4. Supervisão de um estágio profissional do IEFP e para qualificação profissional para a Ordem dos Psicólogos Portugueses.

1.5. Adaptação de documentos internacionais de Divulgação no âmbito da Prevenção e Defesa dos Direitos da Criança, mais especificamente também sobre a Adoção.

1.6. Apoiar e desenvolver os projetos de investigação/estudos no âmbito do trabalho dos setores do IAC.

1.7. Participação na Modalidade Alargada na CPCJ – Lisboa Norte.

1.8. Ações de Ligação à Comunidade análise e interpretação do trabalho realizado por estudantes universitários em regime de voluntariado em jardim-de-infância e escolas da rede pública durante 8 anos nas freguesias da Ajuda, Belém e Alcântara.

2. NÚCLEO DE FORMAÇÃO

- Uniformização dos documentos relativos ao setor de formação:
- . Organização dos Dossiers Técnico-Pedagógicos.

Designação

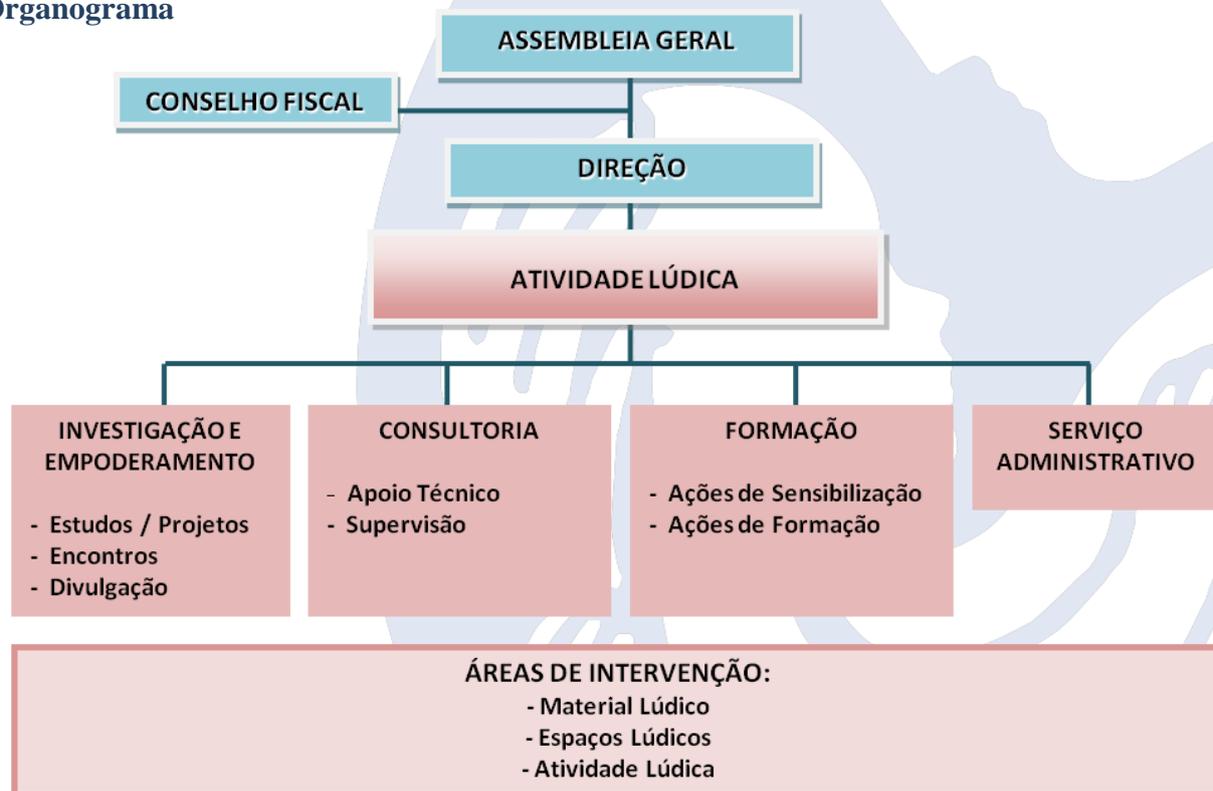
Atividade Lúdica

ResponsávelMelanie Tavares
Vasco Alves⁶**Equipa**Ana Correia – Docente ⁷
Ana Lourenço – Técnica Superior de Psicologia
Anabela Reis – Técnica Superior de SociologiaCláudia Gaivota - Técnica Auxiliar Administrativa
Inês Agostinho – Estagiária Serviço Social (IEFP)
Vera Abecasis – Técnica Superior de Psicologia**Outros Serviços Intervenientes**

Profissionais e Entidades Governamentais e Não-Governamentais das áreas da Saúde, Educação, Segurança Social e Justiça, nomeadamente: Associações Culturais e Recreativas, Autarquias, Juntas de Freguesia, Escolas, Escolas Superiores de Educação, Hospitais, Jardins-de-Infância, Universidades e Unidades de Educação Especial, Tribunais, CPCJ, Espaços Lúdicos, outros Sectores do IAC.

Duração Prevista

Atividade permanente

Organograma

Órgãos Sociais

Serviço Interveniente

⁶ Elemento de ligação à Direção⁷ Docente do Ministério da Educação, destacada no IAC

Finalidade / Objetivos

FINALIDADE

Contribuir para que todas as crianças tenham uma infância feliz, promovendo o direito de brincar, consagrado no art.º 31º da Convenção sobre os Direitos das Crianças, enquanto fator determinante para o desenvolvimento pessoal e social da criança.

Objetivos gerais

- Prosseguir com o apoio técnico aos espaços lúdicos existentes e incentivar a criação de novos espaços;
- Continuar com ações que permitam a definição e a normalização de critérios de funcionamento das ludotecas e espaços lúdicos, implicando entidades públicas e privadas neste processo;
- Manter o trabalho com as diferentes entidades envolvidas na defesa do Direito de Brincar, a nível regional, nacional e internacional;
- Facilitar a comunicação entre as associações nacionais e internacionais e a população em geral (crianças, jovens, famílias e profissionais).

Objetivos específicos

- Apoiar a criação e manutenção de espaços lúdicos com apoio técnico e supervisão;
- Realizar ações de sensibilização;
- Realizar ações de formação;
- Divulgar e promover ações de celebração, a nível nacional e internacional, do Dia Mundial do Brincar;
- Manter e reforçar a parceria com a Associação Internacional de Ludotecas (ITLA) e com o Grupo Europeu de Ludotecas (ETL);
- Prosseguir com ações de comunicação, divulgação e marketing;
- Prosseguir com a atividade editorial do IAC;
- Organizar 1 encontro nacional da Actividade Lúdica.

Metodologia

1. Eixos de Intervenção



2. Estratégias

- Realização de estudos e projetos na área da Atividade Lúdica;
- Organização e divulgação de documentos sobre o Direito de Brincar e espaços lúdicos;
- Intervenção no terreno em projetos de implementação e/ou acompanhamento de espaços lúdicos;
- Coordenação nacional e internacional do Dia Mundial do Brincar;
- Promoção do Brincar como uma atividade séria que promove o desenvolvimento global da criança;
- Formação/sensibilização;
- Organização e participação em reuniões e encontros de âmbito nacional e internacional.

Ações a Desenvolver

As ações a desenvolver integram-se em 3 eixos de intervenção, nomeadamente “Consultoria”, “Investigação e Empoderamento” e “Formação”, sendo a “Parceria Internacional” transversal a todas as áreas de intervenção.

1. CONSULTORIA

1.1. Supervisão e Consultoria

- Apoiar tecnicamente os espaços lúdicos;
- Manter os Protocolos já existentes com espaços lúdicos;
- Divulgar a proposta de protocolo aos espaços lúdicos já apoiados pelo Sector;
- Manter a parceria com a Rede de Espaços Lúdicos de Cascais;
- Alargar a consultoria a todas as Câmaras Municipais e Agrupamentos de Escolas interessados, no âmbito das orientações do Ministério da Educação e da Ciência para as Atividades de Enriquecimento Curricular – “Liberdade de Brincar”.
- Criar um grupo de discussão sobre Ludotecas: reconhecimento e enquadramento legal das Ludotecas; reconhecimento da profissão de ludotecários.

2. FORMAÇÃO

2.1. Ações de Formação

- Dar continuidade à organização de *workshops* e tertúlias que objetivem a reflexão e a melhoria do desempenho dos vários técnicos envolvidos em projetos/ações na área da Ludicidade;
- Divulgar o plano de formação aos espaços lúdicos nacionais, escolas e outras instituições.

2.2. Ações de Sensibilização

- Organizar e realizar ações de sensibilização para crianças, jovens, famílias e profissionais que propiciem a reflexão sobre o Direito de Brincar, direta ou indiretamente;
- Participar em Seminários e Encontros Nacionais para promover as áreas de intervenção do Setor da Atividade Lúdica.

3. INVESTIGAÇÃO E EMPODERAMENTO

3.1. Divulgação

- Manter a dinamização da página de *Facebook* do Dia Mundial do Brincar;
- Divulgar o Comentário Geral ao 31º artigo da Convenção sobre os Direitos da Criança;
- Assegurar o desenvolvimento e a atualização do sítio *online*;
- Divulgar materiais informativos produzidos pelo Sector (cadernos temáticos; brochuras informativas entre outros);
- Contribuir com artigos para o Boletim do IAC.

3.2. Estudos/Projetos

- Divulgar e promover a dinamização de atividades comemorativas do Dia Mundial do Brincar – Brincar a Sério;

3.3. Encontros

- Organização do 2º Encontro Natália Pais (25 de Março de 2019), que contará com a participação internacional do Grupo Europeu de Ludotecas (ETL).

4. PARCERIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

- Participar em iniciativas de outras entidades e associações;
- Reforçar as parcerias já existentes e estabelecer novas com outras entidades.

4.1. Nacionais

- Manter a parceria com o Museu da Presidência da República no âmbito do Dia Mundial do Brincar;
- Manter a parceria com as Câmaras Municipais de Cascais, Torres Vedras e Oliveira de Azeméis e estabelecer parceria com outras Câmaras Municipais que demonstrem eventual interesse;
- Manter parcerias com Escolas Públicas e privadas no âmbito da Atividade Lúdica;
- Manter parcerias com Centros de Formação para certificação de ações de formação;
- Estabelecer parcerias com a Secretaria de Estado da Educação no âmbito do Brincar Livre.

4.2. Internacionais

4.2.1. ITLA (*International Toy Libraries Association*):

- Prosseguir com a divulgação do Dia Internacional do Brincar (28 de Maio);
- Dar continuidade às funções de “*World Play Day Coordinator*”;
- Preparar a participação do setor na 15ª Conferência Internacional de Ludotecas – 2019 (África do Sul);

4.2.2. ETL (*European Toy Libraries Group*)

- Divulgar a “Documentação para as Ludotecas” (carta de qualidade, formação de técnicos de ludoteca e normas de funcionamento);
- Manter a responsabilidade da edição anual da *newsletter*;
- Prosseguir com a gestão da página de internet do Grupo;
- Preparar e participar na reunião anual da ETL (a realizar em Lisboa a 23 e 24 de Março de 2019).

4.2.3. IPA Portugal (*International Play Association*)

- Acompanhamento e apoio nas atividades desenvolvidas pela associação em Portugal.

Designação

Centro de Documentação e Informação sobre a Criança

Eixos de Intervenção:

Serviço de Documentação
 Serviço de Informação/Comunicação/Publicações
 Serviço de Formação

Responsável

Vasco Alves ⁸

Equipa

Ana Cristina Tarouca – Técnica Superior
 Cláudia Outeiro – Docente ⁹
 Clara Castilho ¹⁰

Nuno Domingues – Docente ⁹
 Pedro Pires – Técnico Superior

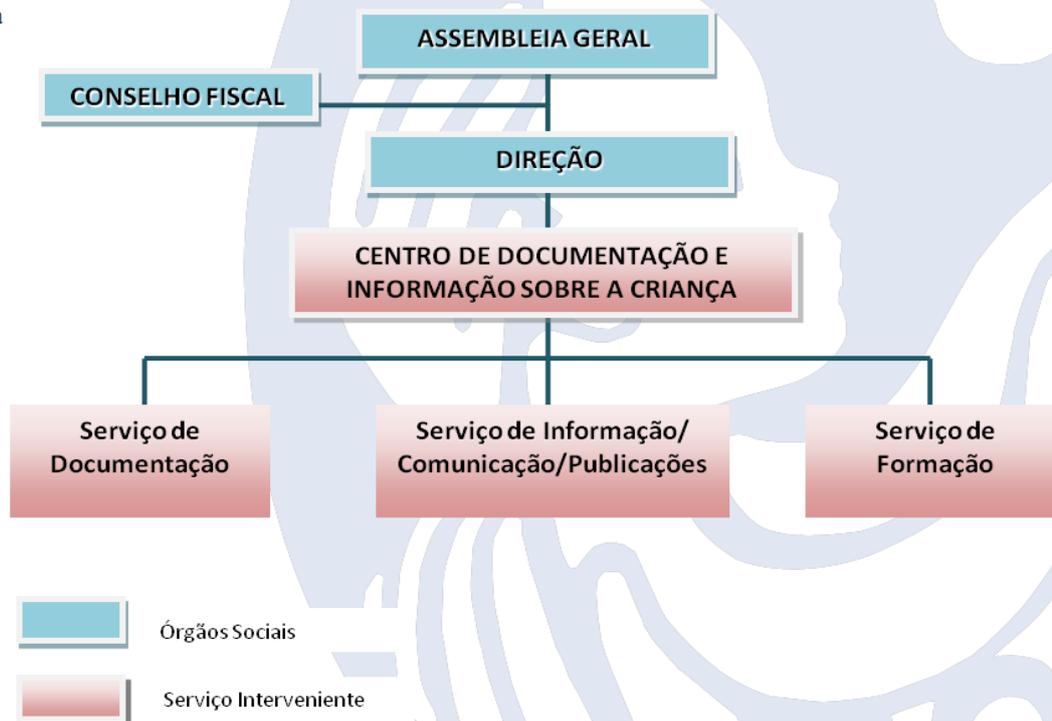
Outros Serviços Intervenientes

Setores do IAC produtores e/ou detentores de Documentação; Unidades de documentação e informação a nível nacional e internacional; Institutos Superiores e Universidades, Autarquias (ex.: Câmara Municipal de Lisboa); Escolas de todos os níveis do ensino de vários concelhos do país; outras instituições (ex: FCT/Centro Internet Segura, RBE, EU Kids Online PT, MEC), Editores (Plátano Editora, Edições Sílabo, Afrontamento/Teodolito, Ideias com História, etc.); Associações de Professores.

Duração Prevista

Atividade permanente

Organograma



⁸ Elemento de ligação à Direção

⁹ Docentes do Ministério da Educação, destacados no IAC

¹⁰ Diretora do Boletim do IAC

Finalidade / Objetivos

Objetivos Gerais

- Aumentar a notoriedade do IAC por via do reforço da compreensão e confiança junto dos seus públicos-alvo;
- Capacitar, promovendo o aumento da informação, conhecimento e compreensão sobre a Criança enquanto sujeito de direitos, contribuindo assim para a criação de um melhor entendimento institucional sobre a Criança em Portugal;
- Recolher, gerir e difundir os recursos bibliográficos sobre a Criança necessários ao desempenho das funções de investigação, ensino, sensibilização e extensão cultural e social de forma a converter a informação em conhecimento;
- Reforçar as sinergias/parcerias com diversas entidades;
- Reforçar a articulação/comunicação com todos os setores do IAC;
- Formar técnicos e crianças/jovens em domínios que estimulem direta ou indiretamente a promoção e defesa dos direitos das crianças;
- Abordagem de diferentes *stakeholders* para a captação de fundos e/ou material no âmbito das atividades desenvolvidas pelo CEDI.

Objetivos Específicos

1. SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

- Apoiar, a nível documental, os estudos subordinados à temática da Criança, conduzidos pelo IAC ou outras entidades que o solicitem;
- Dar continuidade ao periódico digital InfoCEDI;
- Dar continuidade ao *blogue* institucional e à presença do IAC nas redes sociais;
- Prosseguir com o atendimento a leitores dando ênfase à modalidade de atendimento por e-mail ou através do novo interface da base de dados on-line.

2. SERVIÇO DE INFORMAÇÃO/COMUNICAÇÃO/PUBLICAÇÕES

- Mediatizar as atividades do IAC através de todas as atividades que envolvam uma comunicação direta com o público-alvo (site institucional, media, encontros, exposições, eventos comemorativos e culturais);
- Acompanhar a produção e divulgação de filmes e outros formatos;
- Produzir Publicações em diversos suportes no âmbito das temáticas IAC;
- Estabelecer parcerias, no âmbito do trabalho do CEDI – Serviço de Informação/Comunicação/Publicações com instituições cujo trabalho se centra na Criança e com diversas entidades;
- Articular as atividades pedagógico-educativas desenvolvidas nos vários sectores IAC;
- Promover junto das escolas uma educação para os valores e para a cidadania no âmbito dos Direitos de Participação;
- Contribuir para o Desenvolvimento Integral da Criança, na Defesa e Promoção dos seus Direitos através de várias ações junto da comunidade escolar.

3. SERVIÇO DE FORMAÇÃO

- Dar a conhecer a Convenção sobre os Direitos da Criança;
- Fornecer informação pertinente para a sociedade em geral e para as famílias e agentes educativos, em particular;
- Contribuir para a criação de um ambiente seguro e não violento na comunidade escolar;
- Contribuir para a identificação de práticas de *bullying* na comunidade escolar;
- Produzir instrumentos pedagógicos de apoio aos agentes educativos na prevenção da violência escolar sob a forma de *bullying*;
- Contribuir para uma utilização segura da internet, identificando situações de risco e promovendo momentos de reflexão conjunta relativamente a boas práticas a adotar;
- Desenvolver um trabalho cooperativo a fim de partilharem experiências com os seus pares.

Metodologia

Aplicação de métodos e técnicas compatíveis com as necessidades de operacionalização de cada projeto desenvolvido pelos vários eixos de intervenção.

Ações a Desenvolver

1. SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

1.1. Recolha e Tratamento de Informação

- Prosseguir na pesquisa, recolha e organização de documentação científica e pedagógica em formato digital;
- Prover, corrigir e atualizar as bases de dados bibliográficas informatizadas;
- Recolher e tratar as notícias publicadas na imprensa escrita e também na Internet acerca do IAC e dos eventos por este organizados; análise sucinta do seu conteúdo para efeitos estatísticos;
- Dar continuidade ao trabalho de ligação dos registos bibliográficos existentes nos boletins bibliográficos e no InfoCEDI a recursos relacionados, identificados na Internet, nomeadamente a ligação da referência ao texto integral;
- Manutenção e aumento de banco de imagens isentas de direitos de autor;
- Contacto com editoras e livrarias e consequente aquisição de publicações;
- Tratamento biblioteconómico: Triagem; Catalogação; Classificação; Indexação; Atribuição de cota; Carimbagem; Etiquetagem; Arrumação;
- Inclusão do acervo da Actividade Lúdica e Humanização no catálogo bibliográfico on-line.

1.2. Resposta a pedidos de documentação

- Pedidos presenciais, telefónicos, carta/fax, correio eletrónico;
- Reprodução de documentos por fotocópia ou digitalização;
- Seleção, organização e avaliação da informação em bases de dados e repositórios digitais de modo a fornecer ao utilizador os conteúdos mais relevantes;
- Organização de kits institucionais de documentação segundo diretrizes da Direção;
- Respostas a pedidos de documentação e materiais IAC por instituições (escolas, CPCJ, Ministérios, bibliotecas, hospitais...).

1.3. Gestão de Publicações IAC

- Gestão de existências e Depósito Legal de publicações IAC;
- Articulação com Eixo de Informação quanto às necessidades de reedições;
- Tratamento de pedidos de ISBN/ISSN;
- Transporte e arrumação de publicações no depósito.

1.4. Seminários

- Apoio à organização de encontros, conferências e seminários organizados pelo IAC.

1.5. Produção de InfoCEDI

- Continuação da publicação deste boletim digital temático, de carácter mensal;
- Distribuição gratuita, por correio eletrónico, para cerca de 3.300 endereços;
- Publicação no sítio do IAC;
- Divulgação no blogue institucional.

1.6. Gestão do mailing

- Manutenção dos contactos existentes;
- Inclusão de novos contactos.

1.7. Publicação do blogue institucional e manutenção da presença do IAC nas redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram, WhatsApp)

- Atualização com carácter permanente e imediato;
- Apresentação de relatórios periódicos.

1.8. Boletim IAC

- Conceção gráfica do Boletim IAC;
- Envio Boletim IAC em formato digital para associados da instituição.

1.9. Continuação da divulgação do Projeto *Bullying Não!*

- Organização colóquios nas escolas sobre o Projecto *Bullying Não!*
- Empréstimo interbibliotecas de publicações do acervo reunido no âmbito deste projeto.

1.10. Produção de brochura que explica a Convenção dos Direitos da Criança às crianças

1. SERVICO DE INFORMACÃO / COMUNICACÃO / PUBLICACÕES

2.1. Informação

- Atualização da exposição “Crianças no Mundo – com Direitos” (parceria);
- Colaboração com a área da Documentação na divulgação do Projeto *Bullying NÃO* em contexto escolar (promoção de debates/ações de sensibilização sobre o *Bullying* e o *Cyberbullying*);
- Promoção e divulgação do primeiro livro da coleção infantojuvenil “Alerta Premika! Risco online detetado” em dezassete (17) Agrupamentos de Escolas dos concelhos de Sintra, Oeiras, Mafra, Odivelas, Almada, Vila Franca de Xira, Condeixa-a - Nova, Pampilhosa da Serra com a colaboração da investigadora Teresa Castro, da escritora Raquel Palermo e da professora Cláudia Manata, coautoras dos livros.
- Dinamização do blogue do projeto e da conta Instagram @marta_matuta.
- Participação em Encontros sobre a Segurança na Internet (Sintra);
- Preparação da candidatura ao Erasmus + para a convocatória de 2019, em parceria com a Fundação espanhola “Fundación Márgenes y Vínculos” <http://www.fmyv.org>, sobre o abuso sexual através da Internet.
- Criação de uma ferramenta para as crianças sobre a prevenção da Violência no Namoro (jogo gigante e brochura pedagógica);
- Dinamização das Montras do Ministério da Educação com uma exposição sobre o IAC;

2.1. Comunicação

- Atualização do *website* do IAC (atividade permanente);
- Recolha e análise mensal de dados relativamente à informação consultada no *website* do IAC (atividade permanente);
- Continuação da atualização da base de dados dos materiais áudio e vídeo existentes no CEDI;
- Elaboração de vários materiais relativos aos setores do IAC (design gráfico e conteúdos);

2.1.1. Manutenção das caixas de correio eletrónico do IAC

2.2. Publicações

- Edição do Boletim IAC (gestão de conteúdos)
- Publicação, apresentação e divulgação do segundo volume do livro da coleção “Alerta Premika! Risco online detetado” e respetivo jogo de tabuleiro.

3. SERVICO DE FORMACÃO

Realização de ações acreditadas para educadores de infância, professores do 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário de todos os grupos de docência, assistentes técnicos e assistentes operacionais.

As temáticas serão, entre outras: Prevenção do *Bullying* em contexto escolar, A (in)disciplina na sala de aula, Mediação Escolar – uma alternativa criativa na resolução de problemas, Formação pessoal, ética, deontológica e sociocultural dos profissionais que trabalham com crianças.

Realização de *workshops* e ações de sensibilização dirigidos às comunidades educativas (alunos, professores, técnicos, assistentes operacionais e técnicos, pais e encarregados de educação) sobre o *Bullying*, Segurança na Internet e Direitos das Crianças.

Designação

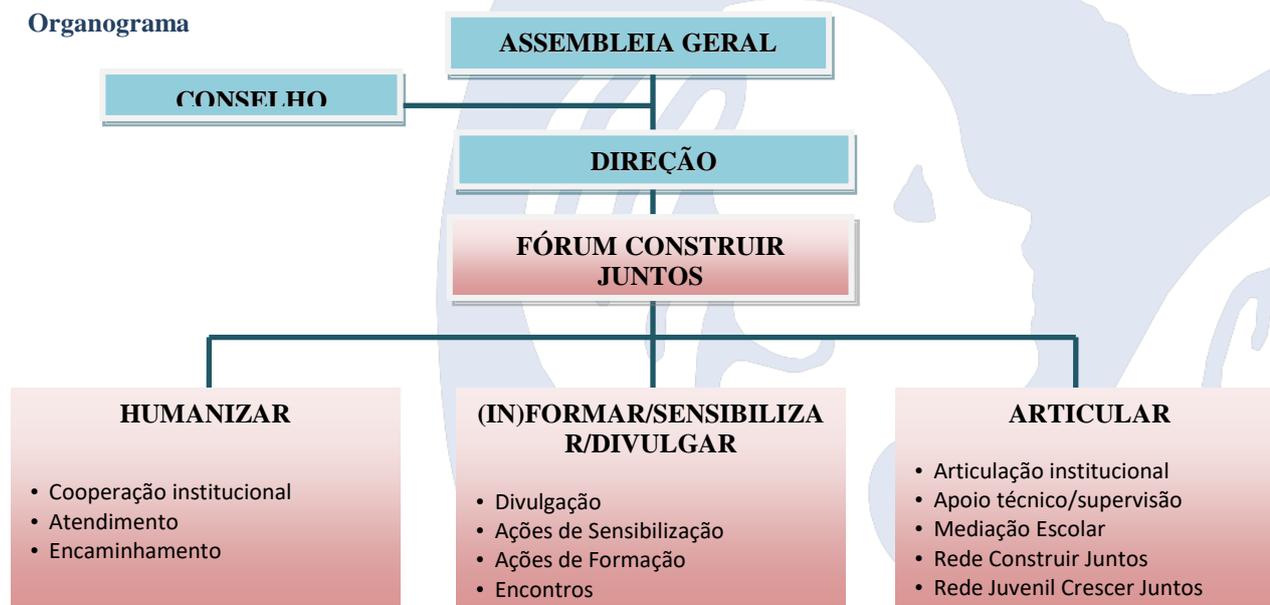
Fórum Construir Juntos - Coimbra

ResponsávelPaula Cristina Correia Duarte
Luís Maria Vaz das Neves ¹¹**Equipa**Ana Cristina Barros – Docente ¹²
Ana Margarida Vicente¹²Cristina Maria Basto – Docente ¹²
Pedro Rodrigues – Técnico Superior Serviço Social**Outros Serviços Intervenientes**

IAC - Sede; SOS Criança; Projeto Rua; Rede Construir Juntos; Autarquias; Redes Sociais; Instituto da Segurança Social; Tribunais; Comissões Sociais de Freguesia; Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Coimbra; Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra; EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza; Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; Instituições Particulares de Solidariedade Social; Cáritas Diocesana de Coimbra; Centros de Acolhimento Temporário; Lares de Infância e Juventude; Programa Escolhas; Rede Regional do Centro de Apoio e Protecção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos; PAJE - Plataforma de Apoio a Jovens (Ex)acolhidos; Direção Regional de Educação do Centro; Direção Regional de Cultura do Centro; Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra; Instituto Superior Miguel Torga; Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física; Escola Superior de Educação de Coimbra; Escolas Profissionais; Agrupamentos de Escolas; Fundação Bissaya Barreto; Administração Regional de Saúde do Centro; Serviços de Saúde; Centro de Atendimento a Jovens; Instituto Português do Desporto e da Juventude;

Duração Prevista

Atividade permanente

Organograma

Órgãos Sociais

Serviço Interveniente

¹¹ Elemento de ligação à Direção¹² Docentes do Ministério da Educação, destacadas no IAC

Finalidade / Objetivos

FINALIDADE

Contribuir para a mudança de atitude sociocultural com vista a um novo olhar sobre a problemática da criança e jovem em perigo.

OBJETIVO GERAL

Maximizar o objetivo geral do IAC contribuindo para o Desenvolvimento Integral da Criança, na Defesa e Promoção dos seus Direitos.

Objetivos gerais

- Promover, apoiar e divulgar o trabalho de todos aqueles que se preocupam com a procura de novas respostas para os problemas da Infância;
- Dinamizar espaços de diálogo interinstitucionais de forma a sensibilizar para a problemática das crianças desaparecidas e /ou exploradas sexualmente, através da Rede Construir Juntos;
- Promover, divulgar e dinamizar Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família - Projeto de Mediação Escolar, em articulação com o SOS-Criança.

Objetivos específicos

1. HUMANIZAR

- Atender, orientar e encaminhar situações problemáticas;
- Promover uma intervenção, articulada com outros serviços, de forma a proporcionar às crianças e jovens um ambiente de cuidados, atenção e afetos que correspondam e respeitem as necessidades de cada um, humanizando os contextos de atendimento.

2. (IN) FORMAR/SENSIBILIZAR / DIVULGAR

- Promover boas práticas e partilhar experiências enriquecedoras que permitam a melhor adequação de atitudes face à criança/jovem;
- Sensibilizar as estruturas locais e a sociedade em geral para os problemas que envolvem a Criança Desaparecida e/ou Explorada Sexualmente;
- Implementar ações de formação e sensibilização para a defesa do direito da criança ao repouso e aos tempos livres, o direito de participar em jogos e atividades próprias da sua idade (cf. Art.º 31º da Convenção sobre os Direitos da Criança);
- Pesquisar e disponibilizar bibliografia temática;

3. ARTICULAR / DINAMIZAR

- Promover a articulação entre instituições/ entidades parceiras;
- Colaborar com as diferentes instituições/entidades na definição de novas estratégias de intervenção;
- Promover a Mediação Escolar através de Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF);
- Orientar e supervisionar estágios curriculares;
- Criar estratégias, em parceria com as escolas, que minimizem a estigmatização e a exclusão escolar (absentismo, abandono escolar precoce, entre outros);
- Contribuir para a otimização de respostas no âmbito da problemática das Crianças Desaparecidas e/ou Exploradas Sexualmente.

Metodologia

- Articulação com o SOS – Criança, no âmbito das Crianças Desaparecidas e/ou Exploradas Sexualmente.
- Articulação com o Projeto Rua – Em Família para Crescer, no âmbito do projeto das Crianças Desaparecidas e/ou Exploradas Sexualmente e no âmbito da Rede Construir Juntos.
- Cooperação com entidades e serviços responsáveis pelas problemáticas da Infância e Juventude.
- Dinamização de ações de formação/sensibilização, oficinas, palestras e colóquios.
- Realização de reuniões de enquadramento e supervisão de estágios.
- Promoção de contactos personalizados com diversas instituições com vista à criação de parcerias que visam a prossecução dos objetivos do Fórum Construir Juntos.
- Participação em redes e consórcios.
- Participação em grupos de trabalho.

Ações a Desenvolver

1. HUMANIZAR

- Atendimento e encaminhamento, de situações de crianças em perigo/risco e famílias, para as outras estruturas de apoio.
- Organização e participação em campanhas de solidariedade e entrega de donativos.
- Seleção e empréstimo de materiais lúdicos e bibliográficos.

2. (IN) FORMAR / SENSIBILIZAR / DIVULGAR

- Conceção, organização e dinamização de Ações de Formação/Sensibilização em diversos Agrupamentos de Escolas, Estabelecimentos de Ensino Superior; Associações de Pais, Autarquias e Instituições de Acolhimento de Crianças e Jovens, no âmbito da defesa e promoção dos Direitos da Criança;
- Participação e intervenção em Encontros, Seminários, Colóquios, promovidos por outras instituições;
- Representação do IAC em diferentes eventos;
- Recolha, seleção e sistematização de informação (trabalhos de investigação, artigos, depoimentos, bibliografia) relativa às crianças e jovens em perigo;
- Atualização do acervo documental, do centro de documentação, em suporte informático; atendimento presencial/on-line e empréstimo de documentação;
- Colaboração na atividade editorial do IAC (Boletim, site e blogue *Crianças a Torto e a Direitos*).

IAC – Fórum Construir Juntos – Ações de Informação / Sensibilização / Formação – 2019

Ação de Sensibilização/Formação	Data	Dinamizadores	Local	Destinatários
“Mediação de conflitos em contexto escolar”	janeiro	IAC-FCJ	Agrupamento de Escolas de Alvaiázere	Professores
Apresentação do livro “Alerta Premika! – Risco Detetado 1 Ameaça nas Redes Sociais – E Agora Marta?”	27 março	Cláudia Outeiro (IAC- Sede) IAC-FCJ	Agrupamento de Escolas Escalada Pampilhosa da Serra	Pais e/ou Encarregados de Educação
Ação de sensibilização sobre os perigos da internet e das redes sociais	27 março	Cláudia Outeiro (IAC- Sede) IAC-FCJ	Agrupamento de Escolas Escalada Pampilhosa da Serra	Alunos do 7.º e 8.º ano
Ação de sensibilização “A importância da comunicação nas relações interpessoais”	3.º período	IAC-FCJ	Agrupamento de Escolas Escalada Pampilhosa da Serra	Assistentes Operacionais
A Proteção das Crianças contra a Exploração e Abuso Sexual	2º período	IAC – FCJ Goreti Cardoso (APAV Coimbra)	Agrupamento de Escolas de Góis	Alunos dos 8º e 9º anos
Prevenir a Indisciplina / <i>Bullying</i>	2º período	IAC-FCJ	Agrupamento de Escolas de Miranda do Corvo	Alunos 5º ano
II Colóquio Brincar e Modos de Ser Criança	maio	IAC-FCJ Oradores convidados	FPCEUC	Público em geral
Encontro Anual das equipas dos GAAF (zona centro)	março	IAC-FCJ e Agrupamento de Escolas de Pombal	Agrupamento de Escolas de Pombal	Elementos das equipas dos GAAF (zona centro)

Práticas de <i>Mindfulness</i>	abril	IAC-FCJ Orador convidado	A definir	Técnicos, professores e estagiários dos GAAF e das instituições parceiras de RCJ
Parentalidade Positiva	outubro	IAC-FCJ Orador convidado	A definir	Técnicos, professores e estagiários dos GAAF e das instituições parceiras de RCJ

- Dinamização de outras ações de sensibilização / formação que venham a ser solicitadas ao IAC.

3. ARTICULAR / DINAMIZAR

3.1. Participação em projetos de parceria

3.1.1. Rede Social do Concelho de Coimbra

- Participação nas reuniões plenárias

3.1.2. Comissão Social da Freguesia de Santo António dos Olivais

- Participação nas reuniões plenárias
- Participação no grupo de trabalho Crianças com Dificuldades de Aprendizagem – Estratégias a Adotar.

3.1.3. Comissão Social da Freguesia da União de Freguesias de Coimbra

- Participação nas reuniões plenárias

3.1.4. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Coimbra

- Participação nas reuniões da Modalidade Alargada
- Participação em grupos de trabalho
- Colaboração nas atividades dinamizadas pela Comissão

3.1.5. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Coimbra/Administração Regional de Saúde

- Colaboração nas atividades no âmbito do Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância

3.1.6. Rede Europeia Anti-Pobreza Nacional (EAPN)

- Participação nas reuniões de associados
- Colaboração nas atividades dinamizadas pelo Núcleo de Coimbra

3.1.7. Consórcio do Programa Escolhas (Município da Pampilhosa da Serra)

- Participação nas reuniões de consórcio
- Colaboração nas atividades previstas

3.1.8. Rede Regional do Centro de Apoio e Protecção às Vítimas do Tráfico de Seres Humanos da APF Centro

- Participação em reuniões
- Colaboração nas atividades planificadas

3.1.9. Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC)

- Participação em Reuniões
- Colaboração/ dinamização de atividades no âmbito do projeto anual “ *Coimbra a Brincar*”

3.1.10. Direção Regional de Cultura do Centro

- Desenvolvimento de atividades, em articulação com o Serviço Educativo do Mosteiro de Santa Clara à Velha, dirigidas a crianças e à comunidade em geral.

3.2. Mediação Escolar

3.2.1. Apresentação e divulgação do Projeto de Mediação Escolar;

3.2.2. Implementação de GAAF, em articulação com as direções dos diversos agrupamentos de escolas, com as instituições locais e com as autarquias, a fim de operacionalizar o funcionamento destes gabinetes;

3.2.3. Dinamização e apoio técnico na dinamização dos Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) nos diversos agrupamentos de escolas:

- Escola Secundária Engenheiro Acácio Calazans Duarte, Marinha Grande
- Agrupamento de Escolas de Alvaiázere
- Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto, Castanheira de Pêra
- Agrupamento de Escolas Figueiró dos Vinhos
- Agrupamento de Escolas de Góis
- Agrupamento de Escolas Escalada de Pampilhosa da Serra
- Agrupamento de Escolas de Miranda do Corvo
- Agrupamento de Escolas de Coimbra Oeste – Pólo de Taveiro e Pólo Inês de Castro e Escola Secundária D. Duarte
- Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro, Penela
- Agrupamento de Escolas de Pombal

3.2.4. Enquadramento, acompanhamento pedagógico e avaliação das ações desenvolvidas pelos estagiários;

3.2.5. Apoio na realização de trabalhos académicos.

3.2.6. Organização/participação em seminários e encontros de reflexão.

3.2.7. Dinamização da Reunião de Avaliação Anual do trabalho desenvolvido pelas equipas GAAF (a norte de Leiria), em março, com a colaboração do Agrupamento de Escolas de Pombal.

3.2. Rede Construir Juntos

3.2.1. Dinamização do Pólo de Coimbra

- Reuniões periódicas
- Promoção de Encontros Temáticos
- Elaboração do plano de atividades do Pólo.

3.2.2. Pólo Mediador Nacional em parceria com o Projecto Rua – Coordenação e dinamização

- Aprofundar e reforçar conhecimentos que permitam melhorar a eficácia da intervenção
 - . Articular com o SOS – Criança;
 - . Articular com o Projeto Rua – Em Família para Crescer;
 - . Sensibilizar as instituições parceiras no sentido de colaborarem com o IAC na centralização de toda a informação relativa à problemática das crianças desaparecidas e/ou exploradas sexualmente;
 - . Reencaminhar informação relativa às problemáticas da criança;
 - . Elaborar e difundir a Newsletter da RCJ;
 - . Dinamizar a Rede Juvenil “Crescer Juntos”;
 - . Promover Encontros Temáticos, nos Polos, para partilha de metodologias e boas práticas;
 - . Organizar e dinamizar o Intercâmbio Anual da Rede Juvenil Crescer Juntos;
 - . Organizar e dinamizar o Seminário Anual, em parceria com o Projecto Rua, bem como a Reunião Anual;
 - . Co operacionalização das atividades definidas no plano da Rede Construir Juntos.
- Contribuir para a adequação das medidas de política nacional e internacional para a infância e juventude
 - . Concertar e definir estratégias de intervenção em termos de políticas para a infância e juventude;
 - . Elaboração de Planos de Ação da Rede Construir Juntos e da Rede Juvenil Crescer Juntos.
- Contribuir para a otimização de respostas no âmbito das crianças desaparecidas e/ou exploradas sexualmente
 - . Difundir, pela rede de parceiros, alertas de desaparecimento de crianças;
 - . Divulgar as linhas 116 000 e 116 111 do SOS Criança pelas instituições da rede.
- Revitalizar, dinamizar e apoiar os diferentes Polos da Rede Construir Juntos.

– Plano de Ação da Rede Construir Juntos – 2019

Eixos Prioritários	Ações	Âmbito		Calendarização	Dinamização
		Polos Regionais	Nacional		
Prevenção de Riscos na Infância e Juventude	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação com as instituições parceiras na busca e apoio, em caso de crianças desaparecidas, no sentido de uniformização de atuação dos técnicos (como abordar a família, a criança, ...) • Elaboração de brochuras em formato digital com informações, dicas de segurança e procedimentos a adotar • Divulgação das linhas: 116 000e 116 111 	x	x	Ao longo do ano	IAC - FCJ IAC – PRUA IAC-SOS CRIANÇA (outras instituições parceiras)
	<ul style="list-style-type: none"> • Dinamização de ações de sensibilização/informação, dirigidas a crianças/jovens e técnicos 	x	x	Ao longo do ano	IAC - FCJ IAC – PRUA (em colaboração com outras instituições parceiras)
Direitos da Criança	<ul style="list-style-type: none"> • Operacionalização/dinamização da Rede Juvenil Crescer Juntos de acordo com as propostas dos jovens 	x		Ao longo do ano	IAC - FCJ IAC – PRUA (em colaboração com outras instituições parceiras)
	<ul style="list-style-type: none"> • Intercâmbio de Jovens 	x	x	1, 2 e 3 de julho	IAC –FCJ IAC - PRUA (em colaboração com outras instituições parceiras)
	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de sensibilização dirigidas a crianças e jovens 	x	x	Ao longo do ano	IAC - FCJ IAC-PRUA (em colaboração com outras instituições parceiras)
Coesão e comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Seminário Anual (a definir) 		x	A definir	IAC –FCJ IAC-PRUA
	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião Anual (a definir) 		x	A definir	IAC –FCJ IAC-PRUA
	<ul style="list-style-type: none"> • Dinamização de grupos de reflexão sobre temáticas de interesse para os parceiros 	x		Ao longo do ano	IAC – FCJ IAC- PRUA (em colaboração com outras instituições parceiras)
	<ul style="list-style-type: none"> • Dinamização de uma página da Rede Construir Juntos no <i>Facebook</i> 		x	Ao longo do ano	IAC – FCJ IAC- PRUA (em colaboração com outras instituições parceiras)
	<ul style="list-style-type: none"> • Candidaturas a programas que financiem as atividades da Rede 		x	De acordo com os prazos estabelecidos	IAC – FCJ IAC- PRUA (em colaboração com outras instituições parceiras)

"Eu e os outros a CreScER Participação Ativa, Cidadania, Direitos Humanos e Cívicos				
Destinatários: Crianças e jovens com idade entre os 10 e os 18 anos, orientados/acompanhados pelos técnicos das instituições, membros da Rede Construir Juntos				
Ações	Âmbito		Calendarização	Dinamização
	Pólos Regionais	Nacional		
<p>1º Momento:</p> <p>Reunião com as crianças/jovens nas instituições de cada Polo</p> <ul style="list-style-type: none"> – Apresentação da dinâmica e objetivos da Rede Crescer Juntos para os novos membros; – Apresentação, sensibilização e reflexão sobre a temática "Eu e os Outros a CreScER" – Planificação de atividades. 	x		Até final de novembro	IAC – FCJ IAC Projecto Rua Polos Regionais Instituições de cada Polo
<p>2º Momento:</p> <p>Dinamização de atividades sobre a temática, nas instituições de cada Polo</p> <p>Sugestões:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Partilha de conhecimentos e experiências, atividades lúdicas e educativas...; – Elaboração de cartazes, filmes, – <i>powerpoints</i>, fotos, músicas e/ou outros materiais; – Participação em Concursos; – Ações de Voluntariado intergeracionais e/ou outras; – Visitas a locais de interesse no âmbito do projeto; – Outras atividades... 	x		Até final de junho (o número de encontros e ou atividades fica ao critério de cada Polo)	IAC – FCJ IAC Projecto Rua Polos Regionais Instituições de cada Polo
<p>3º Momento:</p> <p>Intercâmbio de crianças/jovens a nível nacional – Évora(a confirmar)</p> <p>Participantes (máximo 45):</p> <ul style="list-style-type: none"> – 3 crianças/jovens, dos 10 aos 18 anos, por Polo, dependendo do nº de Polos participantes, o nº de participantes pode ser ajustado; – 1 a 2 técnicos por Polo. <p>Ações a desenvolver:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Apresentação, análise e conclusões dos trabalhos desenvolvidos pelos diferentes Polos; – Participação em atividades; – Apresentação de proposta de tema e atividades para o ano letivo 2019/2020. 	x	x	1,2 e 3 de julho 2019	. IAC - FCJ . IAC – PR . Polo de Évora . Instituições parceiras da RCJ com Jovens no Intercâmbio

Observações

O Plano de Atividades deve sempre ser visto como um instrumento de gestão pelo que a sua concretização depende da disponibilização de recursos financeiros e das linhas orientadoras da Direção.

Designação

Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança

Responsável

Melanie Tavares
 Vasco Alves ¹³

Equipa

Ana Correia – Docente ¹⁴
 Ana Lourenço – Técnica Superior de Psicologia
 Anabela Reis – Técnica Superior de Sociologia
 Cláudia Gaivota – Técnica Auxiliar Administrativa
 Inês Agostinho – Estagiária de Serviço Social (IEFP)
 Vera Abecasis – Técnica Superior de Psicologia

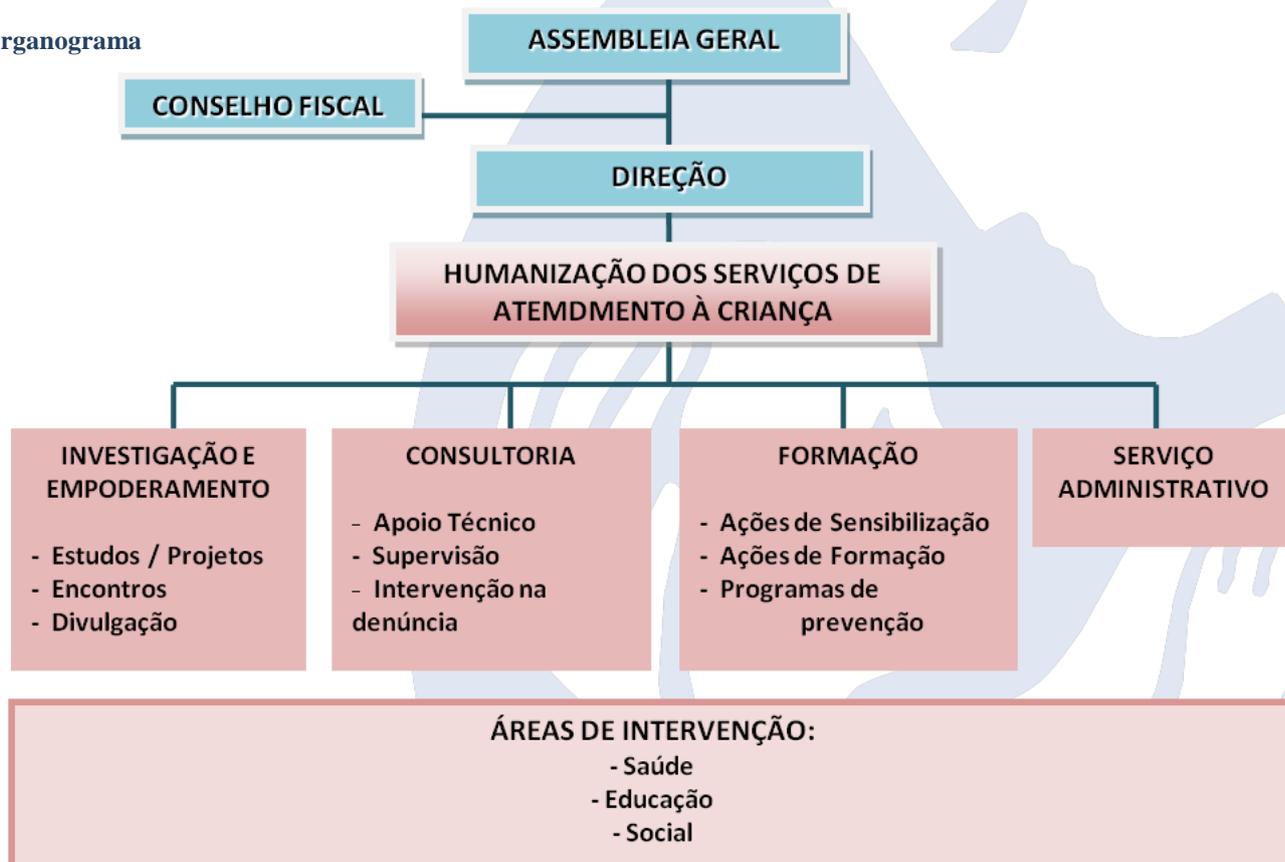
Outros Serviços Intervenientes

Profissionais e Entidades Governamentais e Não-governamentais das áreas da Saúde, Educação, Justiça e Segurança Social, nomeadamente, Sociedade Portuguesa de Pediatria (SPP), Hospitais, Escolas, Associações de Pais, Tribunais, CPCJ, outros Setores do IAC

Duração Prevista

Atividade permanente

Organograma



¹³ Elemento de ligação à Direção

¹⁴ Docente do Ministério da Educação, destacada no IAC

Finalidade / Objetivos

FINALIDADE

Contribuir para o desenvolvimento integral da Criança, enquanto sujeito de direitos na área Social, da Educação e da Saúde.

Objetivos Gerais

- Sensibilizar para a aplicação dos direitos da criança nas áreas social, da Educação e da Saúde;
- Desenvolver um plano formativo abrangente dirigido a crianças, jovens, profissionais e famílias;
- Apoiar as diferentes entidades envolvidas nas áreas social, da saúde e da educação na promoção dos direitos da criança nas suas práticas quotidianas;

Objetivos Específicos

- Promover o conhecimento das crianças e famílias sobre os seus direitos nos serviços de saúde;
- Melhorar o acolhimento, a informação e a preparação da criança e do adolescente no hospital;
- Dinamizar um plano formativo nas áreas da sexualidade, violência, relações interpessoais e direitos da criança nos serviços de saúde;
- Propor estratégias de implementação de práticas comprovadas nas Escolas, nomeadamente na Educação Especial e na área da violência escolar;
- Prestar apoio técnico no âmbito da humanização dos diferentes serviços de acolhimento à criança.
- Prosseguir com a atividade editorial.

Metodologia

1. Eixos e Áreas de Intervenção



2. Estratégias

- Realização de estudos e projetos de investigação;
- Organização e divulgação de documentos sobre os Direitos da Criança nos diferentes Serviços de Atendimento à Criança;
- Intervenção pontual em situações denunciadas;
- Intervenção no terreno em projetos e em espaços de atendimento;
- Formação/sensibilização;
- Organização e participação em reuniões e encontros de âmbito nacional e internacional.

Ações a Desenvolver

As ações a desenvolver integram-se em 3 eixos de intervenção, nomeadamente “Consultoria”, “Investigação/Sensibilização” e “Formação”, sendo as “Parcerias Nacionais e Internacionais” transversais a todas as áreas de intervenção.

1. CONSULTORIA

1.1. Mediar conflitos Escola – Aluno – Família

- Estabelecer protocolos para o acompanhamento de Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF);
- Divulgar e organizar a oferta formativa aos técnicos de GAAF a nível nacional;
- Dar continuidade à Supervisão técnica dos GAAF.

1.2. Intervenção na Denúncia

- Analisar e encaminhar os pedidos de apoio recebidos;
- Mediar os interesses em presença de cada situação e agir em conformidade.

1.3. Acolhimento de crianças e famílias nos diferentes serviços

- Intervir nos espaços que acolhem crianças;
- Promover formação a profissionais, estudantes, crianças e famílias sobre acolhimento.

2. FORMAÇÃO

2.1. Ações de Sensibilização

- Dar continuidade à divulgação da 5ª edição da Carta da Criança Hospitalizada junto dos hospitais, profissionais de saúde, pais e população em geral;
- Divulgar a história infantil “Zebedeu - Um Príncipe no Hospital” a nível nacional;
- Promover ações de sensibilização para toda a comunidade educativa.

2.2. Ações de Formação

- Desenvolver ações de formação com profissionais, famílias, crianças e estudantes no âmbito dos direitos da criança na saúde.

2.3. Programas de Prevenção

- Desenvolver ações no âmbito da Educação para a Saúde – Sexualidade, *Bullying*, Práticas parentais positivas, Gestão de conflitos, Indisciplina;

3. INVESTIGAÇÃO E EMPODERAMENTO

3.1. Divulgação

Atividade editorial

- Contribuir com artigos para o Boletim do IAC.

3.2. Estudos/Projetos

3.2.1. Projeto “Respeito dos Direitos da Criança no Hospital”:

- Preparação de um Relatório com os resultados globais da cidade de Lisboa;
- Publicação e divulgação deste documento;
- Apresentação de recomendações aos órgãos de tutela;
- Apresentação dos resultados do Estudo numa sessão aberta aos hospitais participantes, Câmara Municipal de Lisboa e Direção Geral de Saúde.

3.2.2. Participação no Projeto “Espelho EU”

- Manter a parceria com a Associação AMPLOS;
- Continuação do projeto do Guia para Pais e Guia para Profissionais de crianças com género diverso.

3.2.3. Carta da Criança nos Cuidados de Saúde Primários

- Elaboração da Carta da criança nos cuidados de saúde primários;
- Validação técnica da Carta por parte da DGS;
- Preparação gráfica para edição;
- Divulgação da Carta.

4. INVESTIGAÇÃO E EMPODERAMENTO

4.1. Divulgação

Atividade editorial

- Contribuir com artigos para o Boletim do IAC.

4.2. Estudos/Projetos

4.2.1. Projeto “Respeito dos Direitos da Criança no Hospital”:

- Preparação de um Relatório com os resultados globais da cidade de Lisboa;
- Publicação e divulgação deste documento;
- Apresentação de recomendações aos órgãos de tutela;
- Apresentação dos resultados do Estudo numa sessão aberta aos hospitais participantes, CM Lisboa e Direção Geral de Saúde.

4.2.2. Participação no Projeto “Espelho EU”

- Manter a parceria com a Associação AMPLOS;
- Continuação do projeto do Guia para Pais e Guia para Profissionais de crianças com género diverso.

4.2.3. Carta da Criança nos Cuidados de Saúde Primários

- Elaboração da Carta da criança nos cuidados de saúde primários;
- Validação técnica da Carta por parte da DGS;
- Preparação gráfica para edição;
- Divulgação da Carta.

4.2.4. Projeto “Humanização de Espaços de Atendimento à Criança” em Centros de Saúde do ACES de Lisboa Ocidental e Oeiras

- Dar continuidade às intervenções nos Centros de Saúde de Lisboa Ocidental e Oeiras

4.2.5. Projeto “Humanização de Espaços de Atendimento à Criança” em Centros de Saúde do ACES de Lisboa Central

- Iniciar o Projeto que aguarda aprovação de financiamento por parte da CM Lisboa (RAAML)
- Caracterização e Melhoria das Salas de espera, Salas de observação e vacinação dos 17 Centros de Saúde deste ACES.

4.3. Encontros

- Organizar o Encontro Nacional de GAAF – 11 de Maio 2019

5. PARCERIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

- Participar em iniciativas de outras entidades e associações;
- Reforçar as parcerias já existentes e estabelecer novas com outras entidades.

5.1. Nacionais

- Manter a parceria com Câmara Municipal de Lisboa;
- Manter a parceria com a Direção Geral de Saúde;
- Manter a parceria com a Comissão Nacional da Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente;
- Manter parcerias com Centros de Formação para certificação de ações de formação;
- Estabelecer parcerias com Entidades Congéneres Nacionais.

5.2. Internacionais

- Responder às solicitações da EACH e participar na reunião internacional (se existir disponibilidade financeira);
- Responder às solicitações da *Task Force on Health Promotion with Children and Adolescents* - Rede Internacional de Hospitais Promotores de Saúde;
- Desenvolver ações conjuntas com a *Global Child Initiative*.



Designação

Projecto Rua – “Em Família para Crescer”

ResponsávelMatilde Sirgado¹⁵**Equipa****Apoio Logístico e Administrativo**

Beatriz Caldeirão - Técnica Auxiliar

Administrativa

Maria das Dores Sousa - Técnica Auxiliar

Administrativa

Odete Avelino - Técnica Superior

NÍVEL DO RECUPERAR**Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil -Zona Centro**

Conceição Alves - Responsável de Equipa - Téc.

Sup. de Pedagogia Social

Hugo Pereira - Téc. Sup. Psicopedagogia

Sandra Paiva - Téc. Sup. de Pedagogia Social

Lídia Velez - Téc. Sup. de Serviço Social

Leonor Martins - Animadora

Helena Proença – Monitora

NÍVEL DA PREVENÇÃO**Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil – Zona Oriental**

Ana Isabel Carichas - Responsável de Equipa - Téc. Sup. de

Política Social

Anabela Alves - Téc. Sup de Educação Social

Bruno Pio - Téc. Sup. de Serviço Social

Carla Fonseca -Téc. Sup. Psicopedagogia

Helena Oliveira - Animadora

Paula Almeida - Animadora

Carmelinda Robalo - Empregada de Limpeza

Centro de Apoio Comunitário

Carmen Lopes Responsável de Equipa - Téc. Sup. de Política

Social

Ascensão Andrade - Téc. Sup. de Educação Social

Sónia Valente - Téc. Sup. de Política Social

Teresa Simões - Téc. Sup. de Pedagogia Social

Carla Pinto - Animadora

Carlos Moreira – Animador

NÍVEL DO REVALORIZAR**Centro das Redes Sociais**

Paula Paçó - Responsável de Equipa - Téc. Sup. de Política Social

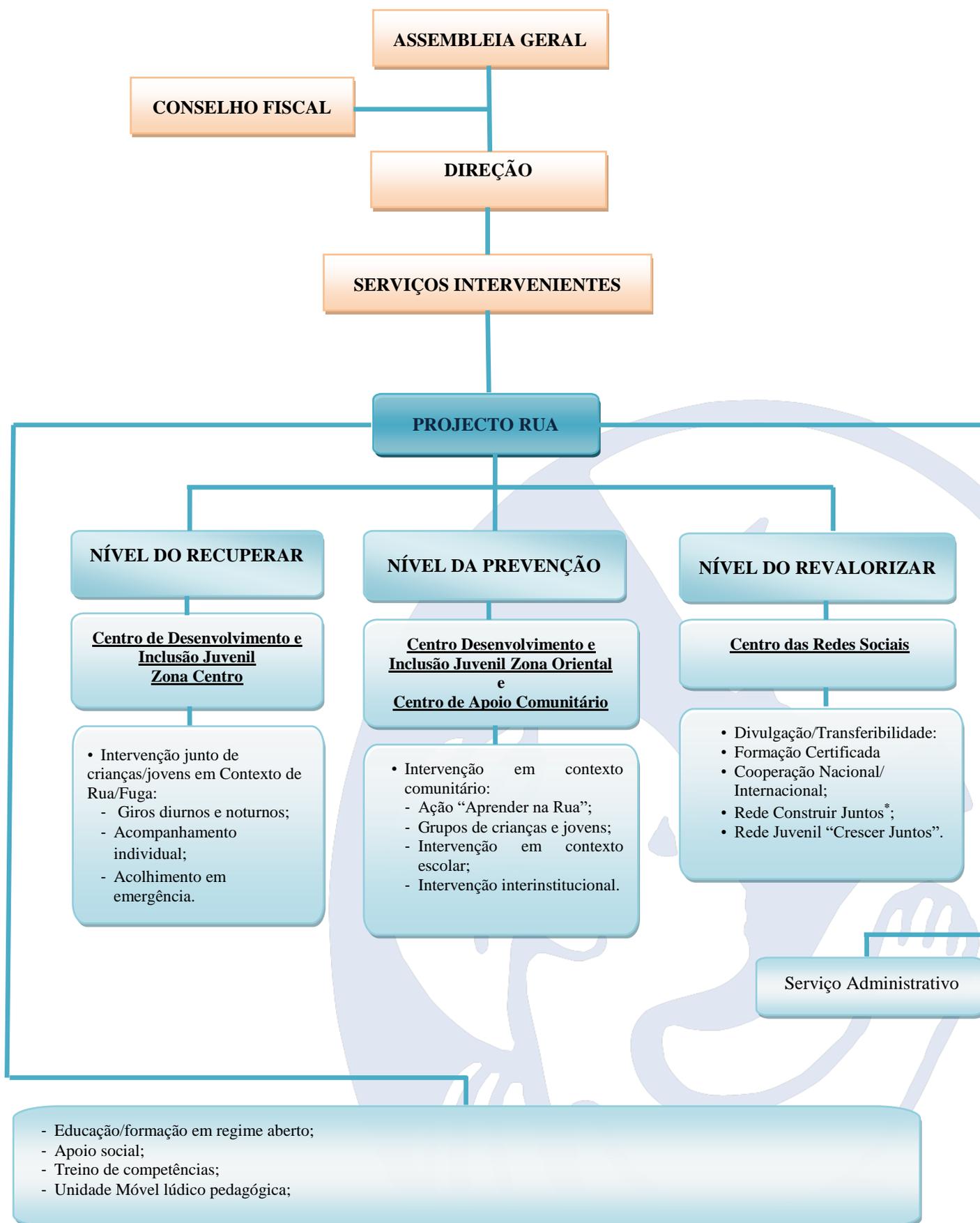
Isabel Duarte - Téc. Sup. de Pedagogia Social

Jorge Alberto da Silva Ventura -Docente¹⁶**Outros Serviços Intervenientes****Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social:** Instituto da Segurança Social, I.P.; Instituto do Emprego e Formação Profissional.**Ministério da Justiça:** Tribunais Judiciais e de Família; Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais; Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco; Polícia Judiciária; Departamento de Investigação e Ação Penal – DIAP.**Ministério da Saúde:** Centros de Saúde e Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.**Ministério da Administração Interna:** Observatório do Tráfico de Seres Humanos; Forças de Segurança (GNR; PSP; SEF); Câmaras Municipais; Juntas de Freguesia; Comissão Social de Freguesia de Marvila e Freguesia dos Olivais.**Ministério de Educação:** Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo; Escolas do ensino básico, secundário e superior; Instituto Português do Desporto e Juventude.**Redes/instituições nacionais:** Instituições Particulares de Solidariedade Social (I.P.S.S.); Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Casa Pia de Lisboa; *European Anti-Poverty Network* – Portugal (EAPN); Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa; Rede de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico (RAPVT); Rede Regional de Lisboa e Vale do Tejo de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos; Rede Construir Juntos; Associação para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária de Lisboa (Rede DLBC - Lisboa); Consórcio AgirNEET Lisboa.**Redes/instituições internacionais:** *European Federation on Street Children*; *European Social Action Network*; *Eurochild*; Associação para as Crianças Desfavorecidas (ACRIDES); Fundação Infância Feliz; Rede da Criança.**Empresas/Serviços:** Zoo Marine, GEBALIS, Sociedade Portuguesa de Psicoterapias Breves, *Help Images*, 5Ps *Changing ways*.**Programas e Projetos Nacionais:** Programa Escolhas 6ª Geração, Projeto BIP/ZIP, Programa Portugal 2020, Fórum Nacional Álcool e Saúde.**Programas e Projetos Internacionais:** Projetos com PALOP.**Duração Prevista**

Atividade permanente

¹⁵ Coordenadora do Projeto Rua (elemento transversal a todas as equipas) e Tesoureira da Direção¹⁶ Docente do Ministério da Educação, destacado no IAC

Organograma



*A nível nacional existe uma cooperação técnica com o Fórum Construir Juntos

Finalidade/Objetivos

FINALIDADE

Contribuir para a diminuição do número de crianças, adolescentes e jovens em risco e/ou perigo promovendo a sua reinserção sociofamiliar.

Objetivos Gerais

- Otimizar respostas que permitam recuperar crianças, adolescentes e jovens em contexto de rua com comportamentos disruptivos/desviantes, promovendo competências conducentes à construção de um projeto de vida saudável;
- Otimizar respostas que permitam prevenir situações de risco e recuperar crianças, adolescentes e jovens em contexto comunitário com comportamentos disruptivos/desviantes, promovendo competências conducentes à construção de um projeto de vida saudável;
- Contribuir para a criação e/ou desenvolvimento de projetos integrados, nas comunidades sinalizadas por situações de crianças e jovens em perigo;
- Potenciar a participação da sociedade civil, contribuindo para a adequação de políticas integradas nas áreas da infância e juventude.

Objetivos específicos

1. NÍVEL DO RECUPERAR

1.1. Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ) - Zona Centro

- Intervir em situações de emergência e de prevenção face a crianças, adolescentes e jovens desaparecidos e/ou explorados sexualmente com especial incidência sobre os que se encontram em fuga.
 - . Atualizar o diagnóstico de crianças, adolescentes e jovens em contexto de rua e cooperar na sua procura;
 - . Desenvolver competências pessoais e sociais, promovendo a sua (re)integração;
 - . Apoiar e encaminhar as famílias para as instituições/serviços competentes, coresponsabilizando-as de forma a garantir a satisfação das necessidades biológicas e psicossociais;
 - . Envolver os parceiros na intervenção de forma integrada;
 - . Dar resposta de acolhimento a situações de emergência, restrita a casos resultantes da intervenção direta do Projecto Rua.

2. NÍVEL DA PREVENÇÃO

2.1. Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ) - Zona Oriental

- Potenciar nas crianças, adolescentes e jovens uma atitude proactiva na construção de um projeto de vida saudável, implicando a família e os parceiros.
 - . Prevenir e/ou reduzir comportamentos de risco, a adolescentes e jovens no espaço do CDIJ - Oriental, desenvolvendo processos de aprendizagem e treino de competências pessoais e sociais;
 - . Prevenir comportamentos de risco em contexto escolar, sensibilizando as crianças para os seus Direitos e Deveres;
 - . Garantir a representação do IAC junto dos grupos territoriais de parceiros (Conselho Educativo de Marvila; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco Lisboa Oriental; Comissão Social de Freguesia de Marvila; Grupo Comunitário do Bairro do Condado; Rede Social de Lisboa – Eixo 2 (Intervenção com crianças e jovens) Grupo de Trabalho 1;
 - . Apoiar e encaminhar os jovens e as famílias para as instituições/serviços competentes, coresponsabilizando-as de forma a garantir a satisfação das necessidades biológicas e psicossociais.

2.2. Centro de Apoio Comunitário

- Intervir, através da ação “Aprender na Rua”, na prevenção e reparação de situações de risco, de crianças a descoberto de respostas institucionais e/ou em complementaridade com os recursos existentes.
 - . Promover a mudança de comportamentos e aquisição de novas aprendizagens;
 - . Sensibilizar as crianças das escolas de referência do 1º ciclo para os seus direitos e deveres;
 - . Contribuir para a integração e sucesso escolar;
 - . Apoiar e encaminhar as famílias para instituições/ serviços competentes, coresponsabilizando-as de forma a garantir a satisfação das necessidades biológicas e psicossociais das crianças;
 - . Identificar situações de risco e colaborar na sinalização, criação e implementação de planos de inserção;
 - . Promover/ apoiar a criação e/ou o desenvolvimento de grupos interinstitucionais.

3. NÍVEL DO REVALORIZAR

3.1. Centro das Redes Sociais

3.1.1. Eixo Divulgação/Visibilidade

- Promover a reflexão sobre a problemática das crianças e jovens em situação de risco e dar visibilidade à metodologia de intervenção do Projecto Rua;
- Promover o envolvimento e a responsabilidade da sociedade civil em benefício do grupo-alvo.

3.1.2. Eixo Formação

- Reforçar conhecimentos e promover a transferibilidade de metodologias sobre as problemáticas da criança/jovem em risco;
- Reforçar os conhecimentos teórico-práticos da equipa do Projecto Rua;
- Reforçar os conhecimentos teóricos - práticos de intervenores sociais externos ao Projecto Rua.

3.1.3. Eixo Cooperação Nacional e Internacional

- Participar na elaboração e implementação dos planos de ação das redes nacionais e europeias, envolvendo o grupo alvo, com vista à adequação das medidas de política social;
- Participação na implementação do Plano de Ação da Rede de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico;
- Contribuir para a concretização dos objetivos da Rede Construir Juntos¹⁷;
- Participar em projetos europeus que promovam o intercâmbio de boas práticas;
- Contribuir para a criação, acompanhamento e a avaliação de projetos com crianças em risco nos PALOP.

Metodologia

- Equipas de rua multidisciplinares;
- Proximidade (ir ao encontro e estar com);
- Relação personalizada;
- Afetividade aliada à técnica;
- Participação e *empowerment* do grupo alvo;
- Mediação/Mediação interinstitucional;
- Trabalho em rede a nível nacional e internacional;
- Parcerias em modelo integrado;
- Transferibilidade de metodologias e boas práticas;
- Técnicas lúdicas - pedagógicas;
- Educação em regime aberto;

Ações a Desenvolver

1. Giros de diagnóstico e denúncia (diurnos e noturnos)

2. Ações de carácter lúdico-pedagógico

- Dinamização de ateliês, jogos e dinâmicas de grupo;
- Animações familiares;
- Animações comunitárias;
- Atividades de exterior e de carácter desportivo (desportos radicais, caminhadas, desportos coletivos, desportos de aventura e capoeira);
- Fins-de-semana e espaços de férias;
- Visitas socioeducativas.

3. Ações de carácter educativo e formativo

- Sessões de treino de competências pessoais e sociais;
- Formação parental/ atividades pais e filhos;
- Apoio escolar;

¹⁷ A nível nacional existe uma cooperação técnica com o IAC – Fórum Construir Juntos

- Ações lúdico-pedagógicas em escolas do ensino básico sob o tema dos direitos e deveres da criança (em sala e espaço exterior);
- Intercâmbios juvenis interinstitucionais;
- Criação e aplicação de programas formativos para interventores sociais, adolescentes e jovens (TSH, Prevenção dos abusos sexuais, prevenção da violência entre pares, entre outras);
- Organização dos dossiers técnico pedagógicos;
- Conceção da 28ª Ação de Formação para Animadores;
- Enquadramento/acompanhamento de estágios académicos e voluntários.

4. Ações de divulgação e transferibilidade

- Dinamização/participação em preleções, encontros e seminários;
- Produção de materiais de informação e disseminação;
- Colaboração em estudos científicos;

5. Ações de carácter psicossocial

- Entrevistas Motivacionais;
- Acompanhamento individualizado;
- Acompanhamento do percurso escolar de crianças em situação de risco;
- Atendimento/encaminhamento/acompanhamento a famílias;
- Visitas domiciliárias;
- Visitas domiciliárias integradas;
- Orientação na organização das tarefas domésticas;
- Atendimento psicológico a crianças, adolescentes, jovens e famílias (em articulação com o setor do SOS Criança e com a colaboração da SPPB).
- Elaboração de relatórios/ informações sociais;
- Elaboração de planos integrados de intervenção.

6. Ações de carácter interinstitucional (Cooperação nacional e internacional)

- Participação em Operações Policiais em ambiente noturno;
- Colaboração nos Acordos de Promoção e Proteção e nas Medidas Tutelares Educativas;
- Participação nas reuniões alargadas CPCJ Centro e Oriental- Modalidade Alargada;
- Participação nas reuniões do grupo Comunitário do Bairro do Condado;
- Participação em reuniões de consórcio do Programa Escolhas – 6ª Geração – “Dá-te ao Condado”;
- Participação nas reuniões do Conselho Educativo de Marvila;
- Participação nas reuniões plenárias e do Eixo4 da Comissão Social da Freguesia de Marvila;
- Participação nas reuniões da Comissão Social de Freguesia dos Olivais;
- Participação nas reuniões do Conselho Olivalense;
- Participação nas reuniões do Grupo da Educação, da CPCJ Lx Oriental;
- Participação no Grupo Comunitário Bº Dr. Alfredo Bensaúde;
- Participação no Grupo interinstitucional de crianças e jovens em risco Bº Dr. Alfredo Bensaúde;
- Participação no Grupo de Segurança do Bº Dr. Alfredo Bensaúde;
- Participação no Fórum Nacional Álcool e Saúde;
- Dinamização do Pólo de Lisboa da Rede Construir Juntos;
- Participação e ações/reuniões no âmbito da Rede DLBC – Lisboa e consórcio AgirNeet Lisboa;
- Elaboração de candidaturas a Programas nacionais e do Quadro Comunitário Europeu;
- Participação na Rede de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico e na Rede Regional de Lisboa e Vale do Tejo de Apoio e Proteção a Vitimas de Tráfico de Seres Humanos;
- Participação no Plano de Ação da EAPN –Rede Europeia Anti-Pobreza – Portugal;
- Rede Social de Lisboa:
 - . Eixo 2- Intervenção em público alvo crianças e jovens (Grupos de trabalho 1 e 3);
 - . Eixo 3 – Intervenção em domínios de maior vulnerabilidade e comportamentos aditivos (Grupo de trabalho 7).
- Apoio técnico/supervisão de projetos de intervenção nos PALOP;
- Participação na Rede Europeia de Ação Social.

Designação

Serviços Administrativos /Financeiros (transversais a todos os setores/projetos)

Responsável

Vasco Alves ¹⁸
Matilde Sirgado ¹⁹

EquipaServiços Administrativos

Antónia Passinhas – Responsável pelo Setor de Secretariado e Apoio Geral(SAGE)

Susana Pimentel - Técnica Auxiliar Administrativa
Isabel Ramirez - Técnica Auxiliar Administrativa
Paulo Pereira - Técnica Auxiliar Administrativa
Luis Varanda - Motorista

Fernanda Casal – Responsável pelo Setor de Pessoal

Serviços Financeiros

Odete Avelino – Responsável pelo Setor de Contabilidade e Tesouraria (SCT)

Paula Queiroga - Técnica Auxiliar Administrativa
Beatriz Caldeirão - Técnica Auxiliar Administrativa

Manuela Neves – Responsável pelo Setor de Econmato e Património

Outros Serviços Intervenientes

Outros Setores do IAC

Duração Prevista

Atividade permanente

Finalidade / Objetivos

- **SAGE** – Apoiar os setores e projetos do IAC, designadamente nas áreas de expediente geral, arquivo e apoio geral
- **SP** – Apoiar os setores e projetos do IAC, no âmbito do pessoal
- **SEP** – Apoiar os setores e projetos do IAC, no âmbito de aquisições de bens/serviços e do património
- **SCT** - Dar tratamento de forma adequada e em tempo útil a toda a documentação de carácter contabilístico e financeiro.

Metodologia

Os Serviços Administrativos prosseguirão os objetivos que lhe estão atribuídos mediante o desenvolvimento das ações e iniciativas relacionadas com as áreas de:

- O registo, classificação e distribuição de documentação entrada, bem como a organização do seu arquivo e ainda a expedição da correspondência e também a prestação dos serviços de apoio geral (SAGE);
- A gestão administrativa dos recursos humanos (SP);
- O aprovisionamento dos bens de consumo, a aquisição, inventariação e manutenção dos bens duradouros e equipamentos administrativos e ainda a conservação e reparação dos edifícios e instalações (SEP);
- O processamento das receitas e o pagamento das despesas relacionadas com as atividades do IAC (SCT).

¹⁸ Gestor Administrativo

¹⁹ Gestora Financeira

Ações a Desenvolver

SAGE

- Assegurar as tarefas inerentes às operações de receção, classificação, registo, distribuição e expedição da correspondência;
- Proceder à organização do arquivo geral e à sua articulação com os arquivos sectoriais ao nível dos serviços;
- Manter os serviços de processamento de texto, reprodução e impressão da documentação do Instituto quando necessários;
- Acolher, esclarecer e encaminhar as pessoas, que pessoalmente ou por via telefónica, se dirijam ao IAC;
- Assegurar o funcionamento do serviço telefónico através da central;
- Acompanhar o funcionamento dos serviços numa perspectiva de relacionamento com o público, recolhendo as queixas e reclamações apresentadas e promovendo o seu esclarecimento e/ou resolução mediante adequada intervenção junto dos serviços;
- Efetuar outras atividades de carácter administrativo quando a Direção do IAC ou outro órgão ou entidade do Instituto assim o determine.

SP

- Executar as ações burocráticas relativas à constituição, modificação e extinção das relações jurídicas de emprego (trabalho e prestações de serviço);
- Organizar e manter atualizado o processo individual do pessoal que presta ou prestou serviço no IAC;
- Processamento das remunerações e benefícios sociais a que o pessoal tenha direito e envio da listagem de pagamentos ao Setor de Contabilidade;
- Elaboração e lançamento dos mapas oficiais às entidades competentes, como Segurança Social e Autoridade Tributária, e o envio anual do Relatório Único ao ACT;
- Instruir e dar seguimento aos processos de alteração de horário de trabalho, suspensão de contrato de trabalho, acumulação de funções, deslocações em serviço e outras situações previstas na legislação laboral;
- Assegurar a gestão de assiduidade dos trabalhadores e o processamento de faltas, férias, licenças e outros motivos de ausência;
- Promover o expediente relativo às ações de formação do pessoal do IAC que os serviços venham a reputar necessários e sejam superiormente aprovadas.

SEP

- Promover a aquisição de máquinas e equipamentos, mobiliário e outros objetos indispensáveis ao bom funcionamento dos serviços;
- Garantir a conservação dos artigos e materiais de consumo e assegurar a sua distribuição de acordo com as necessidades dos serviços;
- Organizar os processos de aquisição de bens ou serviços relativos à conservação e/ou reparação do edifício - sede e das instalações a cargo do IAC e desencadear a introdução de benfeitorias quando o funcionamento dos serviços o justifique;
- Promover a celebração dos contratos de arrendamento das frações prediais indispensáveis ao funcionamento dos serviços do IAC;
- Estruturar e manter atualizado o inventário dos bens móveis, que sejam propriedade do IAC ou a ele se encontrem afetos, em coordenação com o serviço da Contabilidade e acompanhar os processos relativos à administração das frações prediais pertencentes ao IAC;
- Promover a celebração de contratos de seguros dos bens do IAC ou à sua responsabilidade, mantendo-se atualizados em termos de espécie de risco e de valores;
- Assegurar a gestão das viaturas do IAC quando for o caso.

SCT

- Proceder à organização da contabilidade do Instituto;
- Assegurar uma correta classificação, escrituração e arquivamento dos documentos contabilísticos;
- Proporcionar a informação atualizada à Direção e aos responsáveis dos Projetos do IAC, designadamente através da apresentação de balancetes periódicos;
- Promover a elaboração do Orçamento Anual do Instituto, a submeter à aprovação da Direção, agregando de forma coerente e sistemática num documento único as propostas dos responsáveis dos Projetos do IAC;
- Manter o controlo dos registos relativos à movimentação dos depósitos bancários;
- Assegurar o controlo sobre os fundos de maneo tendo em conta as regras aplicáveis e as diretrizes da Direção;
- Promover o envio das contas anuais aos órgãos da tutela após sujeição a parecer do Conselho Fiscal e aprovação da Assembleia Geral;
- Organizar e manter atualizado o ficheiro contabilístico do imobilizado da Instituição;
- Controlar os movimentos da Tesouraria, através da cobrança das receitas e da promoção do pagamento das despesas previamente autorizadas;
- Manter devidamente escriturados os registos e livros da Contabilidade.

Designação

Serviço Jurídico

ResponsávelAna Perdigão
Manuel Coutinho ²⁰**Equipa**Nuno Domingues – Docente²¹
Cláudia Almeida – Estágio Curricular da Faculdade de Direito da UNL**Outros Serviços Intervenientes**

Tribunais; Escolas; IPSS; CPCJ, Núcleos; DGS; Hospitais; Centros de Saúde

Duração Prevista

Atividade permanente

Finalidade / Objetivos**Objetivo Geral****Maximizar o objetivo geral do IAC, contribuindo para o Desenvolvimento Integral da Criança, na Defesa e Promoção dos seus Direitos.**

- Divulgar a legislação dos Direitos da Criança.
- Prestar esclarecimentos e informação jurídica nas várias áreas e encaminhamento de situações que reclamam uma resposta a nível legal.
- Recolher e tratar a legislação relativa à Infância.
- Atualização da publicação “Guia dos Direitos da Criança” (2009)

Metodologia

Atendimento técnico personalizado presencial, escrito, telefónico e eletrónico.

²⁰ Elemento de ligação à Direção²¹ Docente do Ministério da educação destacado no IAC

Ações a Desenvolver

- Atendimento de casos (orienta, encaminha e acompanha as situações concretas no âmbito da informação jurídica);
- Participação em diversos Encontros, Seminários e Workshops, através de comunicações sobre os Direitos da Criança;
- Realização de ações de formação junto de várias entidades (públicas e privadas) relativamente ao enquadramento legal do Direito de Menores;
- No âmbito de Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida, ministra várias ações de formação sobre Violência Infantil dirigida a profissionais de Saúde, que integram as Equipas de Prevenção de Violência contra Adultos (EPVAS) a pedido da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS 2VT);
- No âmbito de Ação de Saúde para Crianças e Jovens em Risco criada pelo despacho da Ministra da Saúde N°31292/2008 de 5 de Dezembro e de âmbito nacional, a jurista do IAC integra a Comissão de Acompanhamento desta Ação aos 242 Núcleos de Apoio à Criança e o Jovem em Risco existentes em todos os Agrupamentos dos Centros de Saúde e nos Hospitais com atendimento pediátrico no nosso país;

Esta Ação, coordenada pela Direção Geral da Saúde (DGS), requer várias ações de formação dirigidas a todos os profissionais de saúde que integram os referidos Núcleos, e a pedido das cinco ARS, Lisboa e Vale do Tejo, Norte, Sul, Algarve e Centro, o IAC assegura formação sobre o enquadramento legal relativo a crianças e jovens em risco;

Ainda no domínio de Ação de Acompanhamento, é prestada consultadoria aos profissionais de saúde sempre que necessitam ou a requerem junto do IAC, no que respeita a procedimentos, sinalização, acompanhamento ou encaminhamento de casos concretos, assim como procede à difusão de informação de carácter legal, normativo e técnico sobre o Sistema de Proteção das Crianças e Jovens em Risco;

Participação como oradora nos vários Encontros de Núcleos realizados por estes, por todo o país;

- Deslocação mensal ao Centro de Acolhimento “os Miúdos”, em Loulé a fim de prestar Apoio Jurídico;
- Apoio jurídico ao Serviço de Pediatria do IPO;
- Elaboração do Relatório Estatístico explorando toda a atividade do sector, durante o presente ano.

Designação

SOS – Criança²² - Serviço de Âmbito Nacional de Apoio às Crianças /Jovens/ Famílias/ Profissionais e Comunidade, que atua através do Atendimento Telefónico (Linha telefónica gratuita 116111) / Correio Eletrónico/CHAT/ Reavaliação/ Supervisão de Casos²³, (Atendimento Personalizado Psicológico, Jurídico e Social), Crianças Desaparecidas²⁴ (Serviço de âmbito nacional de Apoio às crianças / jovens desaparecidos em território nacional ou internacional que atua através do Atendimento Telefónico na linha europeia gratuita 116000; “Escola Alfaiate” (prevenção e correção das desigualdades vividas pelas crianças, dando o apoio psicológico e emocional às crianças que frequentam as escolas na zona de Lisboa), Formação / Divulgação do SOS-Criança.

Convenção do Conselho da Europa para Protecção das Crianças Contra Exploração Sexual e os Abusos Sexuais (**Convenção de Lanzarote**)
Artº 13 - Serviços de Assistência “Cada parte toma as necessárias medidas legislativas ou outras para incentivar e apoiar a criação de serviço de comunicação tais como linhas de telefone ou Internet, que permitam disponibilizar aconselhamento a quem a eles recorra, mesmo com carácter de confidencialidade ou respeitando o seu anonimato”

Responsável

Manuel Ataíde Ferreira Coutinho ²⁵

Equipa

Ana Isabel Mendonça - Técnica Superior de Psicologia
Anabela Rosa - Técnica Auxiliar Administrativa
Dina Faria - Técnica Superior de Psicologia
Isabel Oliveira - Técnica Superior de Psicologia
Joana Carneiro - Técnica Superior de Psicologia
Maria da Conceição Santos – Empregada de Limpeza
Maria João Cosme - Técnica Superior de Psicologia
Maria Teresa Varela²⁶ - Docente

Rita Esperto - Técnica Auxiliar Administrativa
Sara Matias - Técnica Superior de Psicologia

Outros:

3 Estagiários Académicos do Instituto Superior de Psicologia Aplicada
2 Estagiários Académicos da Universidade Lusófona
5 Estagiárias Profissionais da OPP

Outros Serviços Intervenientes

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social: Centros Distritais de Segurança Social (CDSS), Serviços de Fiscalização, Centros de Acolhimento Educativo e Formação (CAEF), Coordenação Nacional para os Assuntos da Família, Inspeção para o Desenvolvimento e Inspeção das Condições do Trabalho (IDICT), Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), Inspeção Geral do Trabalho (IGT), Serviços de Acolhimento de Emergência.

Ministério da Saúde: Centros de Saúde, Hospitais, Saúde 24, Linha Anti-Venenos, Inspeção Geral dos Serviços de Saúde (IGSS), Núcleo de Estudos do Suicídio, Departamento de Pedopsiquiatria; Direcção Geral da Saúde;

Ministério da Educação: Direcções Regionais da Educação, Inspeção Geral da Educação (IGE), Serviço de Psicologia e Orientação (SPO), Escolas, Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF), Associações de Pais, Universidades, Institutos Superiores, Jardins de Infância; Instituto Português da Juventude

Ministério da Justiça: Tribunais Judiciais e de Família, Direcção Geral da Reinserção Social (DGRS), Procuradoria Geral da República, Polícia Judiciária, Interpol, Gabinete de Mediação Familiar.

Ministério da Administração Interna: Polícia de Segurança Pública (PSP), Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Guarda Nacional Republicana (GNR), Gabinete Coordenador de Segurança, Escola Segura, Câmara Municipal de Lisboa; Juntas de Freguesia Bombeiros; Observatório Tráfico de Seres Humanos (OTSH).

Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade; Provedoria da Justiça, Santa Casa da Misericórdia, **Presidência do Conselho de Ministros:** Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), **Serviço Social Internacional;** Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Rede Construir Juntos, Organizações Não Governamentais (ONG), Paróquias, Sindicatos, Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO), Instituto da Defesa do Consumidor, Confederação Nacional Sobre o Trabalho Infantil (CNAISTI), Embaixadas, Comunicação Social, Miúdos Seguros na Net; Ordem de Advogados; Ordem dos Psicólogos; *British Council*; APAV; APCD;AMCV; Observatório Tráfico de Seres Humanos; Rádio Miúdos. *Child Focus*, Federação Europeia de Crianças Desaparecidas (MCE), *Euronet*, *International Forum For Child Welfare*, *Child Helpline International* (CHI), *International Centre for Missing & Exploited Children* (ICMEC); *National Center for Missing & Exploited Children*

Duração Prevista

Atividade permanente

²² Foi atribuído ao Instituto de Apoio à Criança, nos termos do disposto no n.º1 do artigo 33.º. Da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, o direito à utilização do número **116111** para o serviço designado no Plano Nacional de Numeração (PNN) como “Linha de Apoio à Criança”

²³ As Actividades Email, Reavaliação, Supervisão de casos e Atendimento Personalizado, Estatísticas, perpassam por todas as atividades do SOS-Criança.

²⁴ Entendeu o **Ministério da Administração Interna**, como fundamento nos considerandos que antecedem, que o Instituto de Apoio à Criança, pelo reconhecimento e louvável trabalho que tem desenvolvido no âmbito dos serviços de apoio à criança, quer particular, e no que aqui releva, quanto ao serviço especializado de atendimento telefónico que iniciou em 1988 e para atribuição do número para casos de crianças desaparecidas **116000**, a que se reporta a Decisão da Comissão das Comunidades Europeias, de 15 de Fevereiro de 2007(2007/116/CE).

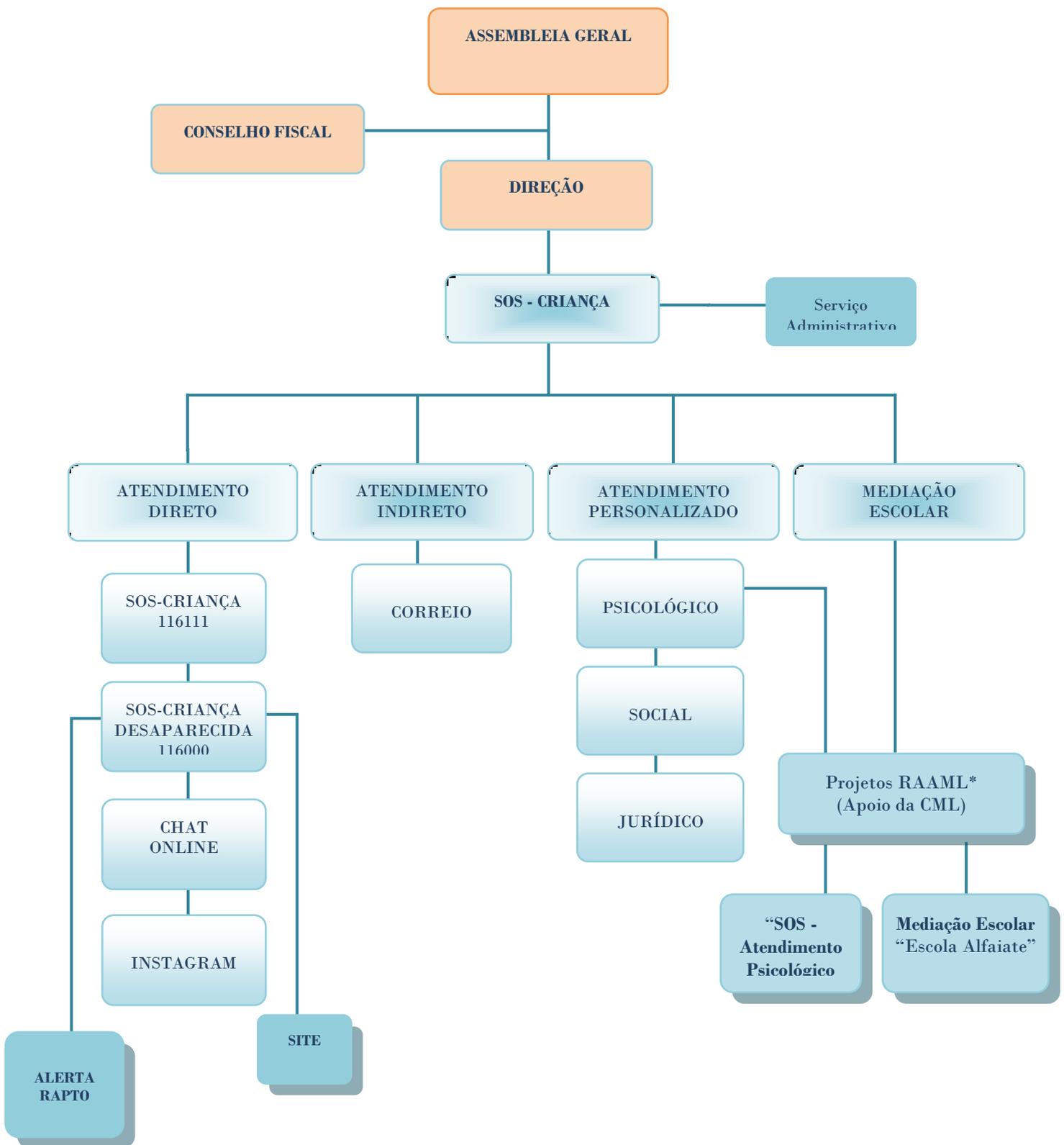
O Instituto de Apoio à Criança, entidade a quem foi atribuída, por despacho n.º 20340/2007, o n.º Único Europeu 116000 para a comunicação de casos de crianças desaparecidas, integra a lista de parceria do Sistema Alerta Rapto de Menores, criado pelo Ministério da Justiça.

Coordenador – Geral do SOS-Criança, Gestor de Projetos e Secretário-geral do IAC

²⁵ Coordenador – Geral do SOS-Criança, Gestor de Projetos e Secretário-geral do IAC

²⁶ Docente do Ministério da Educação, destacada no IAC

Organograma



*Aguarda aprovação do RAAML

Finalidade / Objetivos

FINALIDADE

Dar voz à Criança, ao Jovem e Famílias, promovendo e defendendo os seus direitos

Objetivos Gerais

- Promover e Defender os Direitos da Criança;
- Prevenir situações de perigo ou problema;
- Apoiar a Criança, os Jovens e a Família;
- Promover a integração social da Criança, Jovem e da Família;
- Contribuir para o desenvolvimento harmonioso e integral da Criança/ Jovem;
- Sensibilizar as Estruturas Comunitárias e Sociedade em geral para a problemática da Criança/ Jovem;
- Ouvir e Dar Voz à Criança, ao Jovem e às Famílias;
- Garantir à Criança/Jovem o direito à palavra, proteção em situação de risco e/ ou mau trato, quando privada de afeição, isolada, abandonada, ameaçada de agressão física, sexual, negligenciada ou obrigada a trabalhar prematuramente.

1. ATENDIMENTO TELEFÓNICO (DIRETO)

- **Informar** a Criança/ Jovem e Família, respondendo a uma multiplicidade de situações que tenham como ponto fulcral a criança;
- **Orientar** os apelantes para as estruturas existentes na comunidade de modo a que possam ver respondidas as suas questões;
- **Encaminhar** as situações apresentadas para os outros serviços, para que as mesmas sejam trabalhadas em conformidade;
- **Refletir** com a Criança/ Jovem/ Família e Comunidade em Geral sobre diversas temáticas que preocupam o apelante;
- **Reavaliar** telefonicamente ou por escrito, todas as situações encaminhadas sem resposta para aferir a eficácia da intervenção;
- **Mediar** as problemáticas apresentadas servindo de interlocutor privilegiado entre as várias organizações;
- **Sensibilizar** as Estruturas Comunitárias e a Sociedade para a Problemática da Criança/ Jovem e a inter-relação na comunidade particularmente das situações de perigo, desaparecimento, exploração ou abuso sexual;
- **Orientar** e **Supervisionar** estágios académicos e profissionais: Psicologia Clínica, Psicologia Clínica e Aconselhamento;
- **Aferir** a qualidade e eficácia da intervenção;
- **Despistar/ Eliminar** tanto quanto possível as situações de perigo.

1.1. SOS-Criança – Linha 116 111 – âmbito nacional

Linha Gratuita de Apoio à Criança **116 111** (Número Europeu) – Serviço de ajuda a crianças que necessitam de cuidados e proteção, oferece às crianças a oportunidade de exporem os seus problemas, de falarem de questões que as afetam diretamente e de pedirem ajuda em caso de risco emergente. Funciona das 9h às 19h em dias úteis.

1.2. SOS-Criança Desaparecida – Linha 116 000 – âmbito nacional

Foi atribuído ao SOS Criança, o número europeu 116000. O serviço atende chamadas no âmbito do desaparecimento de crianças, informando e apoiando as crianças, jovens e famílias, assim como, a investigação através da articulação com as forças policiais. Com este serviço, o IAC visa promover a articulação com as entidades competentes na investigação e entidades judiciais, disponibilizando-se para apoiar as vítimas, e suas famílias, a nível social, jurídico e psicológico, gratuitamente. Funciona 24h/por dia sendo o atendimento feito pelo SOS-Criança Desaparecida, das 9h às 19 h nos dias úteis, e fins-de-semana e após as 19 h, pela Polícia Judiciária.

Objetivos Específicos

- A linha 116 000 tem como finalidade o envolvimento da sociedade civil no problema das crianças e jovens desaparecidas, estabelecendo parcerias de intervenção entre as organizações da sociedade civil e as autoridades policiais e judiciais;
- Apoiar as crianças / jovens desaparecidas e as suas famílias a nível social, jurídico e psicológico;
- Colaborar com as forças policiais e outras entidades na localização e proteção da criança e jovem desaparecida;

- Informar e sensibilizar a comunidade relativamente à problemática das crianças desaparecidas;
- Aprofundar a formação dos técnicos das organizações da comunidade no âmbito das crianças e jovens desaparecidas e áreas afins.

1.3. Chat On Line (www. iacrianca.pt) – âmbito nacional

Facilitar através da internet o acesso de crianças e jovens ao serviço SOS-Criança.

O SOS-Criança disponibiliza na net um espaço online www.iacrianca.pt. O Chat online é uma alternativa ao atendimento telefónico

Através deste CHAT de fácil acesso, gratuito e sem câmara, é possível conversar, expressar sentimentos, denunciar situações, simplesmente falar com alguém, partilhar preocupações e trocar ideias.

A equipa técnica que conversa através do chat com as crianças e jovens que contactam é constituída por técnicos de Psicologia.

2. ATENDIMENTO PERSONALIZADO

2.1. Atendimento Psicológico

O Serviço SOS - Atendimento Psicológico, dirige-se a todas as crianças e jovens, que sintam necessidade de restabelecer o seu equilíbrio psíquico e/ou que sejam sinalizados para uma avaliação psicológica.

O Atendimento Psicológico é um serviço de acompanhamento psicológico gratuito, de modo a contribuir para a prevenção das desigualdades socioeconómicas, garantindo um carácter inclusivo e impulsionar a defesa e cumprimento dos Direitos das Crianças em qualquer estrato socioeconómico e etnia;

Objetivos Específicos:

- Refletir com a criança/jovem/família sobre as situações-problema que os levaram a recorrer ao serviço de atendimento psicológico;
- Avaliar, através de bateria de testes psicológicos, o estado emocional e cognitivos da criança/jovem;
- Mediar questões que surjam entre a criança/ jovem e os pais/encarregados de educação;
- Aconselhamento parental, de modo a sensibilizar os pais para as várias etapas e problemáticas dos filhos;
- Orientar e supervisionar estágios académicos e profissionais da Ordem dos Psicólogos Portugueses;
- Aferir a qualidade e eficácia da intervenção;
- Suprimir, tanto quanto possível, o modo como a criança/jovem vivencia as situações que lhe provocam desconforto.

2.2. Atendimento Social

- Contribuir para a autonomia dos indivíduos ou famílias que recorrem ao SOS-Criança;
- Informar os indivíduos e as famílias acerca dos direitos;
- Potenciar os recursos internos de cada indivíduo ou família;
- Articular os serviços da comunidade na resposta à situação problema;
- Favorecer a participação dos indivíduos nas tomadas de decisão.

2.3 Atendimento Jurídico

- Prestar esclarecimentos jurídicos e encaminhamento de situações que reclamam uma resposta a nível legal.

3. MEDIAÇÃO ESCOLAR

FINALIDADE

Contribuir para o crescimento harmonioso e global da criança, promovendo um ambiente mais humanizado e facilitador da integração social.

Objetivos Gerais

- Promover a integração da criança/adolescente;
- Prevenir situações de perigo e/ou problema;
- Sinalizar situações percebidas como problemáticas;
- Contribuir para o desenvolvimento harmonioso e integral da criança/adolescente;
- Prevenir o aparecimento de comportamentos considerados desajustados;

- Promover sucesso escolar;
- Sensibilizar a sociedade civil para a problemática da criança/adolescente;
- Linha gratuita, de modo a contribuir para a prevenção das desigualdades socioeconómicas, garantindo um carácter inclusivo;
- Sensibilizar as estruturas comunitárias e sociedade em geral para a problemática da criança/adolescente;
- Garantir à criança/adolescente o direito à palavra, proteção em situação de risco e/ou mau trato.
- Encaminhar para Apoio Psicológicos as Crianças e jovens.

Objetivos Específicos

- Combater o fenómeno do isolamento em meio escolar;
- Reformular o contexto escolar tradicional num contexto escolar inclusivo;
- Prevenir o aparecimento de comportamentos aditivos, delinquentes e auto-lesivos;
- Diminuir situações de desinteresse, absentismo e de abandono escolar;
- Mediar questões que surjam entre escola criança / jovem / pais / encarregado de educação
- Orientar e encaminhar os apelantes para as estruturas existentes, de modo a que possam ver respondidas as suas questões;
- Refletir com a criança/jovem/família e comunidade sobre diversas temáticas que preocupam o apelante;

3.1. RAAML²⁷

Projeto - Mediação Escolar “Escola Alfaiate”- (Apoio da Câmara Municipal de Lisboa)

O Projeto “**Escola Alfaiate**” dirige-se a todas as crianças e jovens, que se encontrem em contexto escolar, bem como a qualquer cidadão (familiar, profissional ou outro elemento da comunidade) que pretenda recorrer a este serviço, de modo a dar conhecimento de alguma situação que coloque em causa os Direitos da Criança.

Sendo este um serviço gratuito, permite que quaisquer crianças e jovens, de qualquer classe económica e social, possam usufruir da “**Escola Alfaiate**”, desde que integrados no contexto escolar.

4. ACÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO SOS - CRIANÇA

- Através de sessões lúdico-pedagógicas de prevenção primário de maus-tratos a crianças, nas escolas de 1ºciclo no distrito de Lisboa;
- Divulgação do serviço junto dos professores para possível encaminhamento ao Atendimento Psicológico;
- Participar em Conferências/Formação no âmbito do trabalho do SOS-Criança;
- Despistar eventuais situações-problema;
- SOS-Criança possa ser facilitador da integração na rede social de parceiros;
- Potenciar as aptidões e conhecimentos adquiridos dos estágios académicos da área da Psicologia;
- Distribuição /divulgação das matérias e brochura do Serviço SOS-Criança;
- Divulgar o chat online.

Objetivos:

- Divulgar as Linhas SOS-Criança (116111 e 116000), o Serviço de Atendimento Psicológico e o Chat;
- Promover os Direitos da Criança/jovem;
- Apoiar e ouvir a criança/jovem e encaminhar situações de maus-tratos, entre outras problemáticas, às instituições da comunidade;
- Envolver os estagiários nas ações desenvolvidas pelo serviço enriquecendo a sua formação académica

Metodologia

²⁸

1. ATENDIMENTO TELEFÓNICO (DIRETO)

1.1 SOS - Criança - Linha 116 111 (Linha Europeia de Apoio à Criança)

- Escutar empaticamente, analisar a situação problema e recolha de dados;
- Contatar telefonicamente e/ou por escrito e/ou pessoalmente com os serviços de intervenção na comunidade para apresentação do caso, acompanhamento e avaliação da resposta;
- Avaliar a situação-problema e traçar planos de intervenção;

²⁷ Aguarda aprovação do RAAML

²⁸ A metodologia apresentada resulta da articulação estabelecida protocolarmente entre o IAC e o MAI

- Promover as comunidades locais através da planificação, execução e avaliação das ações conjuntas;
- Participar e conjugar recursos para a resolução de problemas;
- Intervir telefónica, anónima e confidencialmente (por técnicos especializados nas áreas da Psicologia, Serviço Social);
- Intervir personalizadamente e prestar Consultoria nas Áreas Jurídica, Social e Psicológica;
- Analisar e encaminhar correspondência recebida através de Fax/Correio Eletrónico;
- Agendar reuniões de trabalho ordinárias e extraordinárias de articulação com os parceiros, para permitir uma intervenção mais rápida e eficiente das situações;
- Agendar reuniões de Coordenação de enquadramento e de Supervisão de Estágios;
- Analisar casos e reavaliar;
- Apoiar técnica, individual e institucionalmente as diferentes situações;
- Recolher e tratar estatisticamente os dados resultantes das várias áreas de intervenção do serviço;
- Avaliar o encaminhamento das situações orientadas sem resposta;
- Recolha de dados e despiste de situações encaminhadas ao serviço Atendimento Psicológico;
- Participar em eventos e realizar projetos em parceria com entidades internacionais congêneres (CHI).

1.2 SOS-Criança Desaparecida – Linha 116 000 (Linha Europeia Crianças Desaparecidas)

- Rececionar através da linha 116000, as situações no âmbito dos desaparecimentos, análise da situação-problema e recolha de dados;
- Assegurar o funcionamento da linha 24h/365 dias em articulação com a Polícia Judiciária após as 19h00;
- Articular com o serviço do Projecto Rua (busca/procura de crianças e jovens) na cidade de Lisboa;
- Articular com a rede “Fórum Construir Juntos” e outros parceiros, o suporte à vítima e família fora da cidade de Lisboa;
- Articular, tanto quanto possível, com as Autoridades (Forças e Serviços de Segurança) no sentido de agilizar a informação disponível sobre a criança/jovem desaparecido;
- Operacionalizar para cada tipologia, em colaboração com as Forças de Segurança, o procedimento que se julgue mais adequado para o encaminhamento das situações;
- Identificar interlocutores privilegiados no âmbito da intervenção sobre os casos;
- Promover trabalho em conjunto com o Ministério da Justiça o Alerta Rapto em Portugal junto dos órgãos de decisão;
- Articular soluções/apoio a casos de crianças e jovens desaparecidas com os restantes Parceiros Europeus.
- Participar em eventos e realizar projetos em parceria com entidades internacionais congêneres (MCE)

1.3 Chat OnLine (www. iacrianca.pt)

Apoiar via internet crianças, jovens e famílias que utilizem este serviço para comunicar os seus problemas ou preocupações.

2. ATENDIMENTO PERSONALIZADO

2.1. Atendimento Psicológico

No exame psicológico a metodologia utilizada será o método clínico, que se baseia na relação direta com o cliente, sem a presença de intermediários;

Os atendimentos psicológicos são realizados pelos técnicos de psicologia do SOS-Criança;

É necessária a recolha de dados que possibilitem o conhecimento das causas da intensidade do nível de perturbação e de como a perturbação prejudica a personalidade, a consciência e a atividade em geral, de modo a promover uma rápida e profunda recuperação do bem-estar psíquico do indivíduo. Para tal, o atendimento psicológico utiliza, como métodos de intervenção, a observação psicológica; a entrevista clínica (anamnese) com os pais e/ou outros familiares que sejam responsáveis pela criança; elaboração de relatórios psicológicos e/ou informações psicológicas, através da aplicação de testes de personalidade, emocionais, cognitivos;

Após a realização da consulta de anamnese, em que apenas os adultos estão presentes, seguir-se-á outra consulta que será apenas com a criança/jovem. Dependendo da situação-problema, estabelecer-se-á um plano interventivo que irá definir a imperatividade, ou não, da aplicação de testes. Este plano interventivo também irá definir o contrato terapêutico, nomeadamente se as sessões serão de carácter semanal ou quinzenal. No caso de ser solicitado, os técnicos também podem elaborar relatórios e/ou

informações psicológicas para outros profissionais, além dos pais, que atuem diretamente com a criança (como professores, pedopsiquiatras, assistentes sociais, tribunais, entre outros);

É de referir que os psicólogos do SOS Atendimento Psicológico, são dotados das capacidades de neutralidade, empatia, de análise e de confiança, que estão na base da relação terapêutica, e que têm sempre como foco o supremo bem-estar da criança/jovem. Relativamente ao *setting*, este está preparado para receber crianças e jovens, proporcionando um espaço com zona propícia ao “brincar” e ao diálogo terapêutico. É, ainda, um espaço contentor e apaziguador, que facilita a relação terapêutica.

2.2 Atendimento Social

- Entrevista individual ou familiar (recolha de dados, diagnóstico e definição plano de ação)
- Articulação interinstitucional no encaminhamento das situações problema.

2.3 Atendimento Jurídico

- Atendimento técnico personalizado presencial, escrito, telefónico e eletrónico

3. MEDIAÇÃO ESCOLAR

3.1. Mediação Escolar – Escola Alfaiate” (Apoio da Câmara Municipal de Lisboa)

- Observação direta;
- Escuta empática;
- Análise da situação-problema;
- Triagem e aplicação de testes vocacionais e psicológicos;
- Dinamizar estratégias em parceria;
- Criar redes de apoio social;
- Promover reuniões com comunidade escolar;
- Apoiar os alunos sinalizados em gabinete de psicologia;
- Estabelecimento de um plano de intervenção, individual e escolar;
- Facultar informação específica ao interveniente ;
- Orientação ao interveniente sobre o serviço mais adequado a contactar / encaminhar;
- Apoio a crianças/adolescentes, famílias e profissionais na apresentação de dúvidas e problemas;
- Articulação com as entidades competentes na intervenção direta para apresentação do caso, acompanhamento e avaliação da resposta;
- Reuniões de equipa tanto em contexto de Mediação Escolar como na Linha SOS Criança;
- Divulgação através de Ações de Sensibilização sobre “Os Direitos da Criança” direcionadas à comunidade escolar;
- Sensibilizar e informar através de sessões de divulgação à comunidade escolar temas sugeridos pela escola ou Projecto.

4. AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA LINHA SOS - CRIANÇA

- Dinamizar sessões através do lúdico;
- Manuseamento e construção de material pedagógico;
- Distribuição de panfletos e desdobráveis alusivos ao serviço;
- Escutar empaticamente, análise da situação e recolha de dados;
- Visionamento de filmes animados alusivos à ajuda da linha telefónica e chat online;
- Apoiar técnica, individual e institucionalmente as diferentes situações;
- Promover redes de intervenção na comunidade;
- Formar tecnicamente os estagiários;
- Recolha de dados e despiste de situações para encaminhar aos serviços ou para acompanhamento psicológico.

1. ATENDIMENTO TELEFÓNICO (DIRETO)

1.1. SOS - Criança - Linha 116 111 (Linha Europeia de Apoio à Criança)

- Atendimento telefónico no âmbito do apoio, orientação e encaminhamento das situações apresentadas;
 - Desenvolvimento de um novo programa informático para o registo dos apelos telefónicos;
 - Criação de bases de dados para registo e tratamento da informação – análise estatística;
 - Atualização da base de dados de recursos por temática, a nível nacional;
 - Supervisão de estágios académicos e profissionais (OPP);
 - Planeamento e conceção de materiais de divulgação do Serviço SOS-Criança em articulação com outros sectores do IAC;
 - Divulgação do Serviço SOS-Criança junto da comunidade (escolas, centros de saúde, comunicação social, associações, etc...).
- Aderir às novas tecnologias para mais facilmente os jovens contatarem com o SOS-Criança (via *Whatsapp* e *Instagram*)

1.2. SOS-Criança Desaparecida – Linha 116 000

- Organizar o funcionamento do número europeu para as Crianças Desaparecidas (116000) de acordo com as diretrizes da diretiva europeia C 2007 249.
- Recolha de dados, análise e encaminhamento para as autoridades competentes.
- Proporcionar atendimento gratuito personalizado de cariz social, jurídico e psicológico, às crianças e suas famílias, com respetivo encaminhamento para as entidades especializadas.
- Assegurar apoio psicológico, social e jurídico gratuitamente às vítimas através dos parceiros da rede Construir Juntos e Projeto Rua.
- Articular com o Ministério da Justiça as situações de Alerta Rapto em Portugal criado em 29/06/2009.
- Participar nas reuniões europeias do *Missing Children Europe* e ações de formação europeias sobre o tema das Crianças Desaparecidas.
- Participar num projeto no âmbito do Programa *Daphne* liderado pela MCE sobre creditação as linhas 116000.
- Promover a reflexão sobre o Dia Internacional das Crianças Desaparecidas - 25 de Maio.
- Organização de um seminário internacional no âmbito das crianças desaparecidas em articulação com um centro de investigação.
- Promover e coordenar a divulgação de desaparecimentos nacionais e internacionais.
- Promover a formação dos profissionais, junto dos parceiros, nomeadamente NCMEC e MCE no âmbito de Crianças Desaparecidas (*amber alert*, *age progression*, prevenção online de abusos sexuais)
- Elaborar estudos de natureza estatística sobre o tema.

1.3. Chat OnLine (www. iacrianca.pt)

Atendimento personalizado online de apoio, orientação e encaminhamento

2. ATENDIMENTO PERSONALIZADO

2.1. Atendimento Psicológico

- atendimentos personalizados em regime semanal ou quinzenal, de acordo com a natureza e gravidade das situações apresentadas. As sessões têm a duração média de 50 minutos;
- O processo de apoio psicológico utiliza a técnica da entrevista, da observação, pode utilizar provas de avaliação para complementar o diagnóstico, e pode ser elaborado um relatório e/ou informação psicológico, caso seja solicitado;
- Quem recorre a este serviço são crianças/jovens do Município de Lisboa, uma vez que as instalações onde decorre
- estão situadas no centro de Lisboa;
- Desenvolvimento de bases de dados de registo dos atendimentos realizados e tratamento estatístico da informação;
- Supervisão de estágios académicos e profissionais da OPP, na área da Psicologia;
- Actividade contínua

2.2. Atendimento Social

Actividade contínua

2.3. Atendimento Jurídico

Actividade contínua

3. MEDIAÇÃO ESCOLAR

3.1. Mediação Escolar – Escola Alfaiate” (Apoio da Câmara Municipal de Lisboa)

- Aconselhamento parental de modo a tornar os pais mais sensíveis para as várias etapas e problemáticas dos filhos, bem como para tornar os pais mais confiantes para tomada de decisão.
- Intervir junto dos pais, no que toca ao desenvolvimento de competências parentais
- Avaliar o Projecto em todas as dimensões visando uma análise do impacto da intervenção Gabinetes nos seus diferentes contextos escolar;
- Acompanhar metodologicamente os processos individuais /parceria permitindo uma reflexão funcional do Projecto com vista a uma uniformidade na ação;
- Dinamizar as redes de apoio institucional com vista a um reforço da operacionalização das parcerias.
- Refletir com as técnicas no terreno a avaliação mensal / trimestral de modo a projetar o próximo ano letivo;
- Criar um espaço de partilha de práticas existentes e diferenciadas, entre técnicos / coordenadores para uma maior e melhor concretização de respostas optimização de recursos humanos (logísticos);
- Dinamizar, acompanhar e avaliar a operacionalização das respostas com instrumentos, critérios e procedimentos uniformes;
- Proceder ao levantamento organizado dos recursos localmente disponíveis para as redes de parcerias dos vários Agrupamentos escolares:
- Promover as articulações pertinentes com as entidades públicas e privadas a envolver, com vista á criação de respostas integradas
- Monitorizar os processos de intervenção na região e divulgar boas práticas;
- Encontros e ações de Formação sobre a metodologia do Projecto e outras temáticas, para técnicos;
- Encontros e debates temáticos com objetivo de divulgar o Projecto;
- Atualização de dados operacional de colaboradores e parceiros nas redes locais e nacionais;
- Diagnóstico de situações problema que envolvem a criança;
- Reflexão sobre o diagnóstico social das crianças, a partir da intervenção do SOS- Criança à Mediação Escolar;
- Manual de boas práticas;
- Reuniões periódicas de acompanhamento ao projeto e/ ou nas suas reuniões internas de estudo de caso e/ou de balanço de intervenção;
- Divulgação do Projecto em universidades para participação de estagiários e voluntários (bolsa de universidades);
- Acompanhamento e Supervisão de estagiários de Psicologia Clínica e Forense;
- Participação em iniciativas de outros sectores do IAC;
- Promover ações de sensibilização/formação de acordo com as necessidades reveladas pelas instituições /organizações e agrupamentos de escolas;
- Formalizar protocolos de colaboração com agrupamentos de escolas para programar encontros, sessões com alunos e adultos.

3. ACCÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA LINHA SOS-CRIANÇA

- Diagnosticar os contextos escolares educativos, desenvolver novas ações de sensibilização e divulgação da linha;
- Participar no plano de atividades das escolas básicas do 1ºciclo do distrito de Lisboa onde o SOS-Criança participou, para dar seguimento às turmas novas com sessões de sensibilização;
- Supervisão de estágios académicos e profissionais OPP;
- Encontros e debates temáticos com o objetivo de divulgar o projeto;
- Reuniões periódicas de acompanhamento ao projeto e/ou com as escolas, por balanço de intervenção;
- Avaliar o projeto em todas as dimensões, visando uma análise de impacto das sessões ao nível do acompanhamento/ encaminhamento/resposta das situações-problema.



6. ORÇAMENTO 2019

Preâmbulo

Nos termos consignados dos Estatutos do Instituto de Apoio à Criança, com o número de pessoa coletiva 501 377 662 e sede social na Av. da República, nº 21, Lisboa, vem a Direção do Instituto de Apoio à Criança, por este meio, apresentar para aprovação o Orçamento para o exercício de 2019.





Índice Contas

6.1. Introdução	61
6.2. Ações para 2019	62
6.3. Investimentos a realizar em 2019	65
6.4. Proveitos	66
6.5. Pessoal	68
6.5. Custos de funcionamento	69
6.7. Orçamento Resumo	70





6.1. Introdução/Contas

O presente documento deverá, em todas as circunstâncias, ser lido e analisado em conjunto com o Relatório de Atividade preparado pelo Instituto de Apoio à Criança (adiante designado por IAC ou simplesmente por Entidade).

O documento tem como finalidade a apresentação do orçamento do IAC para o exercício de 2019, sendo explicada a forma de apuramento das receitas e dos custos previstos face aos dados que são conhecidos no momento da sua elaboração.

Apesar do IAC ter um conjunto de acordos e protocolos celebrados com entidades públicas, tal como em exercícios anteriores, os valores obtidos através dos acordos e protocolos não são suficientes para que o IAC consiga realizar a sua missão. No orçamento foi estimado um conjunto de receitas não operacionais as quais têm como finalidade cobrir os custos não suportados pelos acordos ou protocolos. Este valor apresenta um elevado grau de incerteza quanto à sua obtenção e obriga a um esforço e empenho de toda a equipa para a sua obtenção.

A nível de custos de funcionamento e pessoal, foi estimado no orçamento um valor inferior ao gerado nos exercícios anteriores que resulta do facto de desde setembro de 2018 a generalidade dos serviços do IAC se terem centralizado nas mesmas instalações originando poupanças.

O Instituto de Apoio à Criança, Instituição de Superior Interesse Social, carece da parte do Estado de um maior suporte financeiro para ultrapassar o problema da constante asfixia financeira em que se encontra.

Como se prevê um deficit para 2019, o IAC solicitou no final do presente ano, um requerimento de Apoio ao Fundo de Socorro Social.

6.2. Ações para 2019

Em 2019 o Instituto de Apoio à Criança continuará comprometido na prossecução da sua atividade pela luta dos direitos das crianças. Neste sentido destacamos algumas das ações a desenvolver no próximo ano:

Projeto Rua

- Manter uma linha de continuidade das ações realizadas em 2018. No entanto, a equipa do Centro das Redes Sociais requer uma análise e reestruturação no que respeita às ações que tem vindo a desenvolver, numa ótica de centralização de ações/serviços e que se perspetiva que venha a acontecer no IAC como um todo.

Este setor pretende manter uma atitude proactiva na elaboração de novas candidaturas, tendo em vista a obtenção de novas fontes de financiamento. O seguinte quadro espelha as candidaturas que foram submetidas em 2018 e que aguardam resposta em 2019 (sendo que uma já foi aprovada em 2018, mas a execução será em 2019):

Linha de financiamento/ Projeto	Orçamento	Principais enfoques	Data prevista da decisão
Prémio BPI solidário “Da Rua à Inclusão”	96.494.70 €	CDIJ – Centro	Aprovado. 36.749.00 €
RAAML – Inclusão em Movimento	87.756.18 €	CDIJ – Centro CAC	Início de 2019
RAAML – Jovens VIP	61.148.09 €	CRS	Início de 2019
RAAML – Educar para Incluir	52.826.98 €	CDIJ – Oriental CAC	Início de 2019
UEFA	79.521.22 €	CAC	Final de 2018

- Realização de ações de angariação de fundos, no sentido de colaborar com os demais setores no planeamento de uma estratégia comum, quer com as empresas, quer com doadores individuais. A título de exemplo:

- Adesão à Plataforma “Compra Solidária”, onde já está divulgado o CD – IAC 35 anos “Crianças Somos Todos Nós” e que poderá constituir uma oportunidade de divulgação de outras iniciativas;
- Potenciar os produtos que nos foram oferecidos (obras de arte, desenhos e uma peça da Vista Alegre), promovendo a sua venda;
- Manter as relações de parceria com as empresas que colaboraram com o IAC, no âmbito do Concerto Solidário, propondo a continuidade do apoio (financeiro, material e de serviços), divulgando o impacto do concerto solidário, junto das entidades que nos financiaram e da comunidade em geral.

Fórum Construir Juntos

- Está prevista a continuidade de alguns projetos, dos quais salientam-se:
 - Projeto de Mediação Escolar: apoio técnico na implementação e dinamização dos Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) em 10 agrupamentos de escolas da zona centro e Organização do Encontro Anual das equipas dos GAAF da zona centro (março), em articulação com o Agrupamento de Escolas de Pombal;
 - Rede Construir Juntos: dinamização de ações de formação e organização do Seminário anual da Reunião anual;
 - Rede Juvenil Crescer Juntos: dinamização de sessões de sensibilização e organização do Intercâmbio de crianças e jovens a decorrer em julho;
 - Comunicações em Seminários/Encontros;
 - Resposta a solicitações no âmbito da defesa e promoção dos Direitos da Criança (ex.: sessões de sensibilização);
 - Organização do II Colóquio Brincar e Modos de Ser Criança (maio).

- No sentido de conseguir fazer face a alguns dos custos inerentes à intervenção deste setor, serão levadas a cabo algumas iniciativas de angariação de fundos das quais destacam-se:
 - Participação e gestão de inscrições na Caminhada EDP Solidária cuja receita reverte a favor do IAC (50%);
 - Eventuais candidaturas a projetos.

Atividade Lúdica

A estratégia de intervenção do Sector da Atividade Lúdica não é de intervenção direta com crianças, mas assenta numa lógica de sensibilização e formação aos profissionais de educação e da área social que trabalham com as crianças e de intervenções nos ambientes onde as crianças se inserem (e.g. ludotecas e recreios escolares).

Para 2019, o sector da Actividade Lúdica aguarda resposta de três candidaturas:

- Programa RAAML “Escolas de (e a) brincar” – valor total do projeto de 66.913,08€, tendo-se previsto comparticipação de 60% por parte da CML;
- Prémio Fidelidade Comunidade: campanha nacional de sensibilização para o reconhecimento do Brincar como Saúde – valor total de projeto de 47.143€;
- UEFA Foundation: projeto nos recreios escolares no valor de valor total do projeto de 66.913,00€ (comparticipação de 60% por parte da UEFA).

Continuaremos, em 2019, a apostar numa estratégia de procura de investimentos através de candidaturas a financiamento de projetos, a nível nacional e internacional.

Existem ações como o Apoio Técnico aos Espaços Lúdicos, a Formação/Ações de Sensibilização e as Sessões em escola e entidades congéneres que são de carácter permanente e dependem das solicitações recebidas. Para estas ações, a nível de despesas, é necessário contabilizar uma deslocação a cargo do IAC

- por ano letivo - para cada um dos espaços lúdicos protocolados. Para as restantes atividades, não são cobrados custos de formação, mas as despesas de deslocação ficam a cargo das entidades que solicitam a formação. As exceções dizem respeito a ações solicitadas por empresas (onde é cobrado um valor/hora) ou por Municípios com os quais são habitualmente estabelecidos protocolos (e.g. protocolo em vigor com a CM Cascais).

Para 2019 estão previstos os seguintes eventos, que acarretam custos residuais:

- Receção ao Grupo Europeu de Ludotecas (custos *coffee breaks* e um almoço);
- II Encontro Natália Pais (custos *coffee breaks*, almoço preletores e deslocações);
- Dia Mundial do Brincar no Palácio de Belém (custos alimentação voluntários).

De referir que os custos residuais acima expressos são cobertos habitualmente quer pelas inscrições nos encontros quer por patrocínios (e.g. Bene).

Como saída internacional temos em 2019 a participação 15ª Conferência Internacional de Ludotecas – 2019 (África do Sul), que deriva das nossas responsabilidades enquanto membros da Direção da ITLA. Habitualmente os custos de deslocações similares são cobertos por patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian.

Planeamos para 2019 a contratação da estagiária profissional Inês Agostinho (50% para este sector – num custo anual estimado de 9.501,32€), de acordo com a Inf.º 284/18, já que tem sido um reforço muito positivo para a equipa - com um desempenho excelente -, e que poderia constituir uma mais-valia também no Sector de Recursos Humanos onde tem formação específica.

SOS Criança

No âmbito da elaboração do plano de orçamento de 2019, e após levantamento das necessidades do Serviço, o SOS-Criança reflete sobre os benefícios que alcançaria ao incidir o orçamento para o ano de 2019 em áreas como recursos humanos, material de marketing, material informático e tecnológico.

Aumentar o número de estagiários profissionais, da área de Psicologia - É essencial, no sentido em que se poderia embarcar num trabalho mais abrangente e minucioso. Desta forma, seria possível alcançar um maior número de escolas, sinalizadas como problemáticas, da cidade de Lisboa, logo, ajudar mais crianças, através do projeto “Escola Alfaiate”, ao qual se pretende dar continuidade no próximo ano. Diretamente proporcional ao número de escolas abrangidas pelo referido projeto está o número de crianças sinalizadas para acompanhamento no serviço de Atendimento Psicológico. Posto isto, para ser possível receber e atender todas as crianças que cheguem ao SOS-Criança para apoio psicológico, há necessidade de aumentar os recursos humanos.

Aquisição de testes psicológicos - Para se proceder a avaliações cognitivas e/ou emocionais das crianças e jovens que recorram ao Serviço de Atendimento Psicológico do SOS-Criança. Ainda neste âmbito, solicita-se orçamento para material destinado à mala lúdica.

Material de marketing na divulgação do Serviço SOS-Criança – Elaborar uma campanha publicitária estruturada, com material de divulgação apropriado e cativante para crianças, jovens e adultos.

Material informático e tecnológico - Surge, cada vez mais, a necessidade de haver respostas através de meios capazes de acompanhar os tempos modernos. Assim, mais facilmente se chega ao contato com os jovens. Solicita-se, para o efeito, a aquisição de um *tablet*, para instalação e manutenção de redes sociais como o *Whatsapp* e o *Instagram* (para comunicação com os jovens e divulgação do SOS-Criança). Aquisição de dois computadores para a Linha SOS-Criança, para os dois técnicos que estão na linha.

Sente-se também a necessidade de um aparelho de ar condicionado multi-split.

Humanização

A estratégia de intervenção do Sector da Humanização não é de intervenção direta com crianças, mas assenta numa lógica de aplicação dos direitos da criança nas áreas Social, da Educação e da Saúde.

Para 2019, o sector da Humanização aguarda resposta de uma candidatura ao programa RAAML “Humanização dos Espaços de Atendimento à Criança”, a desenvolver no ACES Lisboa Central (total de 17 unidades de saúde) – valor total do projeto de 63.558,00€, tendo-se previsto comparticipação de 60% por parte da CML. O mesmo Projeto foi também submetido a financiamento à UEFA Foundation, assumindo os mesmos valores e percentagens de financiamento.

Continuaremos, em 2019, a apostar numa estratégia de procura de investimentos externos, através de candidaturas a financiamento de projetos, a nível nacional e internacional.

Existem ações, como a Mediação Escolar, a Formação/Ações de Sensibilização e Sessões em escola que são de carácter permanente e dependem das solicitações recebidas. Para estas ações, a nível de despesas, é necessário contabilizar 1 deslocação a cargo do IAC - por ano letivo- para cada um dos GAAF protocolados (cerca de 33 para o ano letivo 2018/2019). Poderão não ser realizadas ações em cada um dos GAAF pois estas apenas ocorrem quando existe solicitação por parte destes. Para as restantes atividades, não são cobrados custos de formação, mas as despesas de deslocação ficam a cargo das entidades que solicitam a formação.

Em Maio está prevista a realização do Encontro Anual de GAAF que implica algum investimento (custos residuais de *coffee break* e almoços), mas que são habitualmente colmatados pelo valor das inscrições.

Pre vemos a continuidade do Projeto “Humanização dos Espaços de Atendimento à Criança” no ACES de Lisboa Ocidental e Oeiras, que teve início em 2017, mas que não implica despesas pois os materiais e deslocações ficam a cargo desta entidade.

Planeamos para 2019 a contratação da estagiária profissional Inês Agostinho (50% para este sector – num custo anual estimado de 9.501,32€), de acordo com a Inf.º 284/18, uma vez que tem sido um reforço muito positivo para a equipa - com um desempenho excelente -, e que poderia constituir uma mais-valia também no Sector de Recursos Humanos onde tem formação específica.

Não está previsto nenhum outro investimento para 2019, para além da contratação de um novo elemento que poderá ter influência muito positiva na candidatura a novos financiamentos.

6.3. Investimentos a realizar em 2019

Para que as atividades em 2019 decorram na sua plenitude e assegurem que os objetivos propostos sejam atingidos, foram identificados um conjunto de investimentos necessários, conforme descrito nos parágrafos seguintes:

Projeto Rua

Prevê-se a realização de um investimento relevante com a reestruturação da Unidade Móvel adquirida em novembro de 2018. Este investimento enquadra-se no âmbito do Projeto “Ao Encontro da Inclusão”, do Programa RAAML, com um custo previsto de 25.000 €.

Fórum Construir Juntos

Está prevista a aquisição de dois computadores, uma máquina fotográfica e de alguns materiais lúdico-pedagógicos. Relativamente às instalações e de forma a melhorar as condições físicas do espaço de trabalho, é necessária a aquisição de blackouts para duas salas, com um custo total previsto de 2.500 euros.

CEDI, Humanização /Atividade e Setor Técnico e Administrativo

Não está previsto para estas áreas nenhum investimento relevante.

Segue quadro síntese com os diferentes investimentos previstos para 2019:

Investimento a realizar	Setor	Valor de aquisição	Vida útil (em anos)	Depreciação anual
Reestruturação unidade móvel	Projeto Rua	25 000	6	4 167
Testes psicológicos	SOS Criança	500	1	500
2 computadores	SOS Criança	1 500	2	750
Tablet	SOS Criança	500	1	500
Ar condicionado	SOS Criança	500	1	500
2 computadores	Fórum construir juntos	1 500	2	750
Máquina fotográfica	Fórum construir juntos	500	1	500
Blackouts e material didático	Fórum construir juntos	500	1	500
TOTAL		30 500		8 167

6.4. Proveitos

Para o exercício de 2019 o IAC prevê obter receitas no valor total de 1.363.477 €, conforme se detalha de seguida:

	2019
Receitas operacionais	
Acordos	691 097
Protocolos	527 879
Candidaturas	70 000
Receitas não operacionais	
Outros não operacionais	74 500
TOTAL	1 363 477

6.4.1. Receitas operacionais

As principais fontes de receita da Instituição manter-se-ão idênticas às obtidas nos exercícios anteriores, sendo os Acordos Atípicos e Protocolos Ministeriais celebrados as mais significativas.

De seguida apresentam-se os valores das receitas previstas para o exercício de 2019 dos diferentes tipos de financiamento:

	Valor de 2018	Inflação 2019	2019
Acordos			
Acordo Atípico SS	635 527	1,5%	645 060
CRSS-Centro Acolh/SOS	59 987	1,5%	60 887
Protocolos			
Ministério Solid.e Seg.Social	78 204	1,5%	79 377
Ministério da Justiça	99 992	1,5%	101 491
Ministério da Saúde	149 385	1,5%	151 625
Ministério da Educ. e Ciência	81 661	1,5%	82 886
Ministério da Admin.Interna	72 500		72 500
Min. Ass. Parlamentares	40 000		40 000
Candidaturas			
RAAML	-		70 000
TOTAL	1 217 255		1 303 826

Conforme referido no quadro anterior, as receitas a obter no exercício de 2019 provenientes de acordos e protocolos foram calculados tendo por base o valor auferido no exercício de 2018, acrescido de uma taxa de inflação de 1,5% (valor previsto pelo Banco de Portugal).

Apresenta-se de seguida a repartição dos proveitos por setor:

	Valor de 2018	Inflação 2019	2019	Projeto Rua	SOS Criança	Forum Construir Juntos	Humanização /Atividade Lúdica	CEDI	Por atribuir
Acordos									
Acordo Atípico SS	635.527	1,5%	645.060	535.846	109.214	-	-	-	-
CRSS-Centro Acolh/SOS	59.987	1,5%	60.887	31.124	29.763	-	-	-	-
Protocolos									
Ministério Solid.e Seg.Social	78.204	1,5%	79.377	22.580	8.961	11.089	6.747	30.000	-
Ministério da Justiça	99.992	1,5%	101.491	21.491	80.000	-	-	-	-
Ministério da Saúde	149.385	1,5%	151.625	50.000	-	-	80.000	21.625	-
Ministério da Educ. e Ciência	81.661	1,5%	82.886	40.000	32.886	-	-	10.000	-
Ministério da Admin.Interna	72.500		72.500	40.000	32.500	-	-	-	-
Outros protocolos									
Min. Ass. Parlamentares	40.000		40.000	20.000	20.000	-	-	-	-
Candidaturas									
RAAML	-		70.000	-	-	-	-	-	70.000
TOTAL	1.217.255		1.303.826	761.042	313.324	11.089	86.747	61.625	70.000

6.4.2. Receitas não operacionais

Na tabela seguinte apresentam-se as restantes fontes de proveitos previstas para o ano em análise, as quais não tem por base acordo, protocolos ou candidaturas a apoios:

	Valor estimado para 2018	2019
Donativos	30 169	35 000
Consignações de IRS	26 736	30 000
Formação	3 522	3 500
Quotas	6 000	6 000
TOTAL	66 426	74 500

6.5. Pessoal

Ao nível dos recursos humanos o IAC pretende manter a atual estrutura e avançar com o reforço de algumas áreas que apresentam algumas lacunas. Neste sentido está previsto para o exercício de 2019 a contratação dos seguintes técnicos:

- Um técnico superior para o departamento Humanização, convertendo um dos nossos colaboradores que se encontra ao abrigo de estágio profissional num contrato de trabalho efetivo;
- Um técnico superior para o Serviço Jurídico;
- Ambos os colaboradores a integrar irão auferir a remuneração base mensal no montante de 1.269,06 euros e todas as restantes compensações acessórias previstas.
- O Projeto Rua pretende, ao longo do exercício de 2019, reforçar a sua equipa com duas técnicas de nível superior (uma para a área das relações internacionais e outra para na área social/psicologia) por substituição de técnicas aos serviço do IAC em 2018. Este reforço não tem impacto no orçamento global para o exercício de 2019;
- O SOS Criança prevê para o exercício de 2019 a renovação de estágios por um período adicional de 6 meses e ainda a admissão de um colaborador. Esta situação tem um impacto reduzido no orçamento.

No sentido de homogeneizar as remunerações da estrutura do IAC consoante o nível de responsabilidade que cada cargo exige, está também prevista uma atualização nos subsídios de responsabilidade, cujo encargo anual previsto para a instituição será no valor de 8.561 euros.

Para além dos casos pontuais anteriormente referidos, os custos com o pessoal para o exercício de 2019 foram calculados tendo por base os ordenados em vigor no mês de novembro de 2018, não estando previsto nenhum aumento.

No quadro seguinte segue o detalhe dos gastos com o pessoal por cada área a suportar no exercício de 2019:

Rubricas	Projeto Rua	SOS Criança	Forum Construir Juntos	Humanização/ Actividade Lúdica	CEDI	Serviço Jurídico	Sector Técnico Administ.	TOTAL EM EUROS
Remunerações	517.308	226.229	-	91.736	53.285	37.554	104.660	1.030.773
Subsídio de refeição	36.985	22.701	-	6.887	3.362	2.296	10.203	82.433
Segurança social	115.360	50.449	-	20.457	11.883	8.375	23.339	229.862
Seguros de acidentes trabalho	5.173	2.262	-	917	533	376	1.047	10.308
Outros gastos com pessoal	2.587	1.131	-	459	266	188	523	5.154
Custos acerto de remunerações em níveis de responsabilidade	-	-	-	-	-	-	8.561	8.561
	677.412	302.773	0	120.456	69.330	48.788	148.332	1.367.091

6.6. Custos de Funcionamento

Com as mudanças de instalações a direção acredita que em 2019 diminuirá os custos de funcionamento da instituição por via da centralização de alguns dos serviços registada, o que já se encontra refletido no presente documento.

Os custos de funcionamento foram calculados tendo por base os custos incorridos no exercício de 2018 ajustados de:

- 1) Acontecimentos extra relacionados com a mudança e instalação no atual sede do IAC;
- 2) Custos que deixaram de existir ou foram otimizados com a junção da generalidade dos serviços numa única instalação.

Na tabela seguinte encontram-se os custos de funcionamento expectáveis:

Rubricas	Projeto Rua SOS Criança	Forum Construir Juntos	Humanização/ Actividade Lúdica	CEDI	Serviço Jurídico	Sector Técnico Administ.	TOTAL EM EUROS	
Serviços Especializados								
Trabalhos Especializados	-	1.550	-	-	7.092	-	28.000	36.643
Publicidade e propaganda	-	50	-	-	-	-	-	50
Vigilância e segurança	350	-	-	-	-	-	200	550
Honorários	-	-	-	-	9.000	-	9.000	18.000
Conservação e Reparação	149	-	50	170	350	-	1.000	1.719
Outros	-	-	-	75	-	-	750	825
Materiais								
Ferramentas e Utens.Desg.Rápido	231	1.500	1.000	-	-	-	200	2.931
Livros e documentação técnica	-	1.900	-	-	-	-	-	1.900
Material de escritório	2.201	1.450	100	1.400	100	-	5.500	10.751
Artigos para oferta	230	-	-	20	-	-	200	450
Energia e fluidos								
Electricidade	3.290	2.050	750	1.250	-	-	3.500	10.840
Combustíveis	680	-	-	-	-	-	1.750	2.431
Água	1.530	701	240	300	-	-	750	3.521
Outros	451	-	-	-	-	-	-	451
Deslocações, estadas e transportes								
Deslocações e estadas	11.529	51	1.100	3.100	200	460	2.000	18.439
Outros	349	-	0	-	50	-	300	699
Serviços diversos								
Rendas e Alugueres	4.500	-	3.650	1.100	-	-	4.450	13.700
Comunicação	6.650	7.450	1.400	1.400	1.000	1.400	2.000	21.300
Seguros	7.049	300	-	280	-	-	2.500	10.129
Limpeza, higiene e conforto	14.000	1.250	1.300	1.980	-	-	11.000	29.529
Outros serviços	970	920	-	270	-	-	500	2.659
Outros gastos								
							5.000	5.000
Depreciação e amortização								
	7.500	750	750	-	-	-	8.575	17.575
Total	61.660	19.921	10.339	11.346	17.791	1.860	87.174	210.091

6.7. Orçamento Resumo

Com base nos proveitos e custos apresentados nos capítulos anteriores, segue a síntese do mapa de orçamento para o ano de 2019 para cada uma das áreas relevantes:

Rubricas	Projeto Rua SOS Criança	Forum Construir Juntos	Humanização /Actividade Lúdica	CEDI	Sector Administrativo e Jurídico	TOTAL EM EUROS
Proveitos operacionais						
Acordos	566.970	138.977	-	-	-	705.947
Protocolos	194.072	174.347	11.089	86.747	61.625	527.879
Candidaturas	-	-	-	-	70.000	70.000
Custos de funcionamento	-61.660	-19.921	-10.339	-11.346	-17.791	-121.056
Custos com o pessoal	-677.412	-302.773	-	-120.456	-69.330	-1.169.971
Resultado Operacional	21.970	-9.370	750	-45.055	-25.496	70.000
Proveitos não operacionais	-	-	-	-	74.500	74.500
Custos de funcionamento	-	-	-	-	-89.034	-89.034
Custos com o pessoal	-	-	-	-	-197.120	-197.120
Financiamentos a obter	-	-	-	-	198.855	198.855
Resultado	21.970	-9.370	750	-45.055	-25.496	57.201
						0,00

- (a) O IAC apresentou várias candidaturas ao projeto RAML. Este valor não se encontra afeto a nenhum setor pelo facto de, na data de elaboração do orçamento, o mesmo se apresentar em análise por parte da Câmara Municipal de Lisboa.
- (b) Para o IAC obter um equilíbrio do orçamento o IAC precisa de obter apoios no montante de 198.855 €.

A Direção

O Conselho Fiscal

A Contabilidade

Lisboa, 5 de dezembro de 2018



IAC
Instituto de Apoio à Criança

7. ATAS

- Conselho Fiscal

- Assembleia Geral



ACTA N. 54

Nos cinco dias do mês de Novembro de dois mil e oitenta, pelas quinze horas, nos Instalações do Instituto de Apoio à Criança, sitas no Avulho da República, número vinte e um mil trezentos, reuniu o Conselho Fiscal do Instituto, estando presentes o Presidente, José Joaquim Aguiar da Rocha, o Secretário Manuel Manuel dos Reis Silva e a Relatora Maria Fernanda Amorim do Silva Salazar. O Conselho Fiscal começou por ouvir a apresentação do Relatório do Plano de Atividades, feita pelo Secretário Fiscal do Instituto Manuel Coutinho.

De seguida, o Conselho Fiscal ouviu a apresentação do Relatório da Profeta de Orçamento feita pelo responsável da Contabilidade, Miguel Alberto Salgueiro.

Após estas audiências o Conselho Fiscal deliberou e sobre a Profeta de Plano de Atividades, que, à semelhança dos anos anteriores, se encontra em total conformidade com as finalidades do Instituto. Ante a pergunta se existe a garantia de que os projetos constantes do Plano irão ser executados, o Secretário Geral respondeu que essa garantia não existe. E não existe porque também não há garantias na obtenção dos recursos financeiros para o efeito necessários. Depois o Secretário Geral fez uma proposta de um protocolo inter-institucional de acordo com a legislação. E de seguida, a este respeito fez, até à presença de todos, uma breve alteração a este protocolo e que as várias instituições em discussão do protocolo, após o protocolo se discutiu o documento, não se fez em facto no mesmo ano.

Seguidamente, o Conselho Fiscal procedeu à análise da Profeta de Orçamento apresentada.

Tudo o que anteriormente se referiu em matéria do Plano de Atividades, o Conselho Fiscal indicou a responsabilidade pela Contabilidade de sustentabilidade financeira do Instituto para garantir o sucesso dos projetos propostos.

A respeito disso fez ainda uma recomendação das várias propostas, uma garantia não existe.

Ante tudo, o Instituto terá necessidade de garantir

esforços diretos, ao aumento de seus ganhos
e salutar o apoio do Fundo de Seguro Social:

Após esta aprovação o Conselho Fiscal:

- a) dá o seu parecer favorável aos dois projetos que ficaram.
- Race e alterações e aumento para dois mil e dezasseis;
- b) faz votos para que a autoridade da Instituição, nos aspectos
públicos, seja plenamente conciliada;
- c) propõe à Assembleia Geral o voto a favor da Direção e
a todos que com ela colaboram.

É neste caso também a matéria foi encerrada a poucos
dias de dezembro e quinze minutos, de lá se levantando a
presença de que vai assinada pelos elementos do Conselho
Fiscal.

José Joaquim de Almeida
~~Almeida~~
~~Almeida~~

Adenda

A linha de dois da página 68, onde se lê " Aos vinte e cinco
dias, digo, aos cinco dias do mês de novembro de dois mil
e dezasseis" deve ler-se " Aos cinco dias do mês de dezembro de
dois mil e dezasseis"

José Joaquim de Almeida
~~Almeida~~
~~Almeida~~

ACTAS

ATA N° 81

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, pelas dezassete horas e trinta e cinco minutos, realizou-se na sede do Instituto de Apoio à Criança (IAC), na Avenida da República, número vinte e um, em Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária de Associados, a qual foi devidamente convocada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Senhor Dr. Pedro Perdigão, através da circular número quarenta e um, de nove de novembro de dois mil e dezoito, enviada a todos os associados por via postal, nos termos do disposto no artigo cento e setenta e quatro barra um do Código Civil.

Não tendo havido quórum à hora marcada, dezasseis horas e trinta minutos, a Assembleia Geral iniciou-se às dezassete horas e trinta e cinco minutos, com a presença de vinte e três associados.

A Assembleia Geral foi presidida pelo Senhor Presidente da Mesa, associado n° 661, Dr. Pedro Perdigão, pela Vice-Presidente, associada n°393, Dra. Clara Castilho, pelo Secretário, associado n° 726, Dr. José Brito Soares. O Secretário da Mesa, Senhor Dr. Asdrúbal Pimenta, associado n° 668, não esteve presente, tendo justificado a sua ausência.

Passou-se à leitura da Ata número oitenta da Assembleia Geral correspondente à reunião realizada aos dias vinte e sete do mês de março de dois mil e dezoito que foi aprovada pelos quinze sócios presentes que nela tinham participado.

De seguida passou-se à leitura da Convocatória da reunião com a seguinte ordem de trabalhos:

Questão prévia – mudanças de instalações da sede para efeitos estatutários

- Apreciação e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de dois mil e dezanove.
- Informações e outros assuntos.

No âmbito da Questão Prévia da Convocatória, o Senhor Vice-presidente da Direção, Dr. Juiz Luis Vaz das Neves, associado n° 766, referiu que a mudança da sede do IAC para o novo edifício, um dos objetivos do Plano de Atividades do ano anterior, foi efetuada de forma muito correta e entusiasta. Fez questão de deixar um agradecimento a todos os colaboradores pelo seu entusiasmo e dedicação, tendo todos encontrado soluções para pequenos problemas que iam surgindo. Desejou as maiores felicidades pessoais a todos os que nela trabalharam, unidos num mesmo objetivo.

Por razões estatutárias, foi posta à votação a aceitação da mudança de sede do Instituto de Apoio à Criança, a qual foi aprovada por unanimidade, pelo que a sede social do Instituto de Apoio à Criança passa a ser na Avenida da República, número vinte e um, com o Código Postal 1050-185 Lisboa.

O Senhor Vice-presidente, abordou o assunto do Concerto Solidário “Crianças Somos Todos Nós”, que se realizou na Altice Arena, no dia vinte de novembro passado, salientando a excelente e imprescindível colaboração que a Tesoureira da Direção, Drª Matilde Sirgado desempenhou para a sua efetivação. Ressaltou a importância das respostas solidárias que

ACTAS

excederam as expectativas, pessoais e financeiras. O ponto mais importante, para além da concretização financeira de apoio à instituição, foi o reconhecimento do seu trabalho, com a presença de altas personalidades, Sua Excelência O Presidente da República e membros do Governo. Informou ainda que o Concerto irá ser transmitido na RTP 1 no dia quinze de dezembro, pelas vinte e três horas. Elogiou o trabalho de todos os colaboradores, que deram o seu maior contributo. Só assim se tomou possível a realização de algo que estava fora do nosso âmbito de trabalho.

Os outros dois membros da Direção, o Secretário Geral, Dr. Manuel Coutinho e a Tesoureira, Dr.ª Matilde Sirgado, apoiaram-no em todos os aspetos. Relembrou que se espera um aumento das contribuições no dia da transmissão do concerto, com os telefonemas de valor acrescentado, que reverterão no seu valor total para o Instituto, por cortesia da MEO.

O associado Professor Doutor António Gentil Martins, apresentou as suas desculpas por ter de se retirar. Voltou a referir o assunto relativo às "barrigas de aluguer" e ao direito das crianças saberem claramente quem é o pai e a mãe, assunto discutido na última Assembleia Geral. A Assembleia Geral informou que a resposta a este assunto já fora dada por escrito ao Senhor Professor. Tendo sido reiterada pela Assembleia Geral a posição anteriormente assumida.

A Tesoureira, Senhora Dr.ª Matilde Sirgado agradeceu todo o empenho do Juiz Desembargador Luis Vaz das Neves, que esteve sempre a seu lado. Realçou que este foi um momento em que todos os colaboradores do Instituto estiveram unidos, dando o seu melhor, num grande espírito de equipa. Disse que era de toda a justiça, entre todas as colaborações de artistas participantes, realçar o papel do músico João Só. Informou que a nível económico as receitas foram ao encontro das expectativas, devendo ser dado um voto de louvor às empresas, no apoio social. Realçou e agradeceu toda a energia da Dr.ª Manuela Eanes, Presidente Honorária, que dinamizou até à exaustão todo este processo.

O Senhor Secretário-geral do IAC, Dr. Manuel Coutinho, associado n.º 396, referiu que o Plano de Atividades foi alvo de discussão e análise em reunião de Direção, elogiando o secretariado e todos os que o elaboraram. Elogiou o rigor do seu conteúdo, a sua ótima apresentação gráfica e leitura fácil, que o mesmo permite.

A nova organização do Plano de Atividades vai ao encontro das necessidades que se vão sentindo na forma de apresentar o Instituto em reuniões ministeriais, no grupo de revisão do Protocolo Interministerial, etc. Lembrou que o trabalho do Instituto está a ser avaliado permanentemente e que temos que saber explicar que o nosso trabalho é sobretudo na área da prevenção.

Recordou aos presente que o IAC no cumprimento dos seus estatutos, desenvolve múltiplas atividades e programas integrados para que todas as crianças tenham os seus direitos garantidos, em diferentes áreas designadamente na saúde, educação, justiça, segurança social ou nos seus tempos livres.

Que através da sua dimensão humana, de cidadania e superior interesse social, tem o IAC, ao longo de 35 anos de existência, cumprido a missão de contribuir para o desenvolvimento integral da criança na defesa e promoção dos seus direitos e que todo o trabalho efetivado tem por base a lógica da defesa dos valores e interesses mais relevantes ao nível dos Direitos Fundamentais, que nem sempre são atempadamente assegurados e respeitados.

ACTAS

O Senhor Secretário Geral, Dr. Manuel Coutinho chamou a atenção que a democracia é indissociável dos direitos sociais, devemos ambicionar que todos os cidadãos tenham a capacidade de os procurar e exigir que todos sejam tratados com igualdade e que as crianças são sempre as mais vulneráveis, as que frequentemente vivem situações difíceis e de desigualdade. As crianças não são números, nem o seu sofrimento individual se mede estatisticamente. Urge continuar a trabalhar na eliminação das causas e na prevenção dos fatores de risco, que estão na origem de tantas situações de discriminação e exclusão.

Referiu ainda que o IAC trabalha a criança de forma global, e que exerce a sua ação de forma abrangente, nesse sentido no Plano de Atividades estão espelhados os dez principais eixos de intervenção.

O Senhor Secretário Geral fez ainda questão de salientar que se alguns dados estatísticos baixam, é porque se está a fazer um bom trabalho ao nível da prevenção, e não ao contrário como muitas vezes é dito.

Considera que este trabalho diário do Instituto de Apoio à Criança tem de ser reconhecido e mais apoiado pelo Estado e por toda a sociedade.

A Senhora Tesoureira, Dr^a Matilde Sirgado referiu a ajuda externa que estamos a ter por parte da Fundação Manuel Violante da Universidade Católica, para que possamos vir a organizarmo-nos de uma outra forma (por exemplo, área da formação, da educação, internacional...), o que poderá levar a condensação de alguns setores. Relativamente ao Plano de Atividades referiu que está ser feito um esforço, apostando na forma participativa de todos, para que fique refletida uma nova dinâmica que a Contabilidade está a implementar. Como tal, o Plano e o Orçamento deverá ser visto como uma responsabilidade de todos os trabalhadores.

Referiu que o Protocolo de Cooperação Interministerial é a espinha dorsal mas que as candidaturas a que nos podemos candidatar também podem ser uma fonte de financiamento complementar.

O Presidente da Assembleia Geral, Dr. Pedro Perdigão ofereceu-se para acompanhar a Direção às reuniões ministeriais, pelo seu saber jurídico que os outros elementos não possuem.

A associada Isabel Duarte, n.º686, salientou que há necessidade de nos focarmos em projetos que nos garantam olhar para a nossa missão.

A associada Ana Isabel Carichas, n.º688 questionou a previsão de aquisição de cinco novos técnicos superiores e da sua necessidade, quando nos encontramos em contenção de custos. Foi-lhe replicado, pela Tesoureira, Dr^a Matilde Sirgado, que se trata de um Plano de Atividades e Orçamento e que não corresponde, na realidade à referida contratação. Com a sua aprovação em Assembleia, fica aprovado essa possibilidade, se tal se verificar realmente necessário.

O Secretário-Geral acrescentou que um Plano de Atividades é uma intenção, uma orientação dos trabalhos que se pretendem levar a cabo e não um documento fechado. Plano que deve ter em conta a continuidade das ações e de estar atento ao pulsar da sociedade para se ir modernizando.

ACTAS

Como formas de angariação de financiamento, foi abordada a questão da falta de pagamento de cotas, havendo necessidade de se estudar melhor esta situação, e foi sugerido que há necessidade de se constituir um grupo de pessoas que esteja atento a possíveis candidaturas e que possa só se dedicar a esta tarefa.

Ao passar-se para a apresentação do Orçamento para dois mil e dezanove, o Dr. Miguel Palma, responsável pela contabilidade do IAC, realçou que o ano de dois mil e dezoito foi um ano atípico pois houve custos extraordinários com a mudança de instalações e com as receitas do Concerto Solidário, o que levou a que a elaboração deste Orçamento tivesse que ser feito de uma outra forma. Seguiu-se o procedimento de retirar esses valores e questionar todos os setores sobre o que pretendiam fazer para se calcular as despesas. Previu-se que haveria um aumento de um vírgula cinco por cento nas verbas ministeriais, o que poderá vir a ser diferente, dada a publicidade que temos tido no último mês. Questionado sobre a necessidade de implementação de medidas de contenção de custos de funcionamento, informou que apenas dezasseis por cento se referem a custos de funcionamento e oitenta e quatro por cento a custos com os recursos humanos.

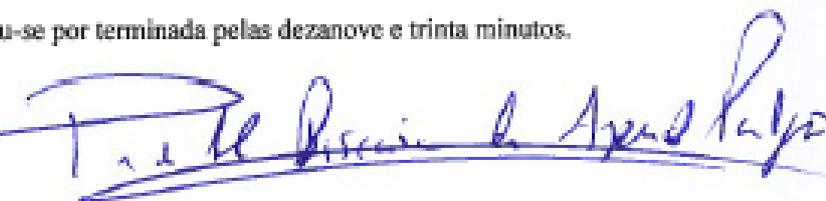
Informou também que o Instituto de Apoio à Criança por estar com graves problemas financeiros e porque o Protocolo Interministerial é insuficiente, candidatou-se ao Fundo de Socorro Social.

Passou-se à leitura da Ata número cinquenta e quatro do Conselho Fiscal.

Por fim, foi aprovado o Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e dezanove com seis abstenções e catorze votos a favor. O voto de louvor proposto pelo Conselho Fiscal à Direção e a todos que com ela colaboram foi aprovado por unanimidade.

A Assembleia Geral deu-se por terminada pelas dezanove e trinta minutos.

O Presidente da Mesa
Associado n° 661



A Vice-Presidente
Associada n° 393

Maria Clara Cabral Castello

O Secretário da Mesa
Associado n° 668

